

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO**

NAYARA DE SOUZA ARCA YOKOO

**A FEIRA CENTRAL DE CAMPO GRANDE/MS: A
TRANSIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O
TERRITÓRIO CULTURAL E GASTRONÔMICO**

**CAMPO GRANDE / MS
2014**

NAYARA DE SOUZA ARCA YOKOO

**A FEIRA CENTRAL DE CAMPO GRANDE/MS: A
TRANSIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O
TERRITÓRIO CULTURAL E GASTRONÔMICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGAd/UFMS), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de concentração: gestão do agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani

**CAMPO GRANDE / MS
2014**

FICHA BIBLIOGRÁFICA

YOKOO-ARCA, Nayara de Souza. A Feira Central de Campo Grande/MS: A Transição da Agricultura Familiar para o Território Cultural e Gastronômico. 71f. 2013. **Dissertação (Mestrado em Administração)** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS, 2014.

É concedida à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) permissão para reproduzir cópias desta dissertação de mestrado para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva para si todos os direitos autorais de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

NAYARA DE SOUZA ARCA YOKOO

**A FEIRA CENTRAL DE CAMPO GRANDE/MS: A
TRANSIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O
TERRITÓRIO CULTURAL E GASTRONÔMICO**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração, na área de concentração em Gestão do Agronegócio, do Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGAd/UFMS) e aprovada, em sua forma final, em 31 de março de 2014.

Prof^a. Dr^a. Patrícia Campeão
Coordenadora do PPGAd/UFMS

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani
(UFMS – Campo Grande/MS)
Orientador

Prof^a. Dr^a. Mayra Batista Bitencourt Fagundes
(UFMS – Campo Grande/MS)
Membro Interno

Prof^a. Dr^a. Arlinda Cantero Dorsa
(Universidade Católica Dom Bosco – UCDB)
Membro Externo

Prof^a. Dr^a. Rosângela Custódio Cortez Thomaz
(Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP)
Membro Externo

A Deus, sem ele eu não seria nada.

Aos meus pais, Dorival Arca e Yara Regina
pelo amor e compreensão.

A minha irmã e melhor amiga Michelle
que me incentivou a iniciar esse mestrado.

Ao meu esposo Ricardo Yokoo por estar sempre
ao meu lado e ser meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado forças para terminar mais esse desafio da minha vida, sem Ti eu não teria chegado até aqui.

Agradeço aos meus queridos pais e a minha amada irmã por me darem o suporte para que eu trilhasse essa caminhada.

Agradeço ao meu marido por toda a paciência e cuidado comigo, sua ajuda foi essencial para que eu não desistisse.

Amo vocês!

**O que não dá prazer não dá proveito.
Em resumo, senhor, estude apenas o que lhe agradar.**

William Shakespeare

RESUMO

ARCA-YOKOO, Nayara de Souza. A Feira Central de Campo Grande/MS: A Transição da Agricultura Familiar para o Território Cultural e Gastronômico. 71f. 2014. **Dissertação (Mestrado em Administração)** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS, 2014.

Orientador: Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani

Defesa: 31/03/2014

A feira livre desde sua origem se caracteriza como um canal de distribuição de produtos oriundos da agricultura familiar e além de sua função econômica também foi ganhando espaço como elemento cultural de uma cidade. A Feira Central de Campo Grande/MS passou por diversas transformações e hoje se destaca por sua parte cultural e gastronômica. A partir desta constatação, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a transição da Feira Central de Campo Grande de um canal de distribuição da produção da agricultura familiar para um território cultural e gastronômico, especificamente busca-se caracterizar a Feira Central de Campo Grande/MS; constatar a territorialidade dos imigrantes japoneses nessa trajetória e avaliar como se constitui a Feira Central como território cultural e gastronômico. Para tanto, se fez uso de dados secundários e dados primários, estes últimos foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas com proprietários de barracas que vendem comida, em especial o sobá. Os resultados mostram que a Feira Central perdeu a sua essência como feira livre e hoje se destaca pela sua parte gastronômica que faz parte da cultura e do turismo na cidade de Campo Grande/MS.

Palavras Chave: Feira livre; Agricultura Familiar; Gastronomia; Cultura.

ABSTRACT

ARCA-YOKOO, Nayara de Souza. A Feira Central de Campo Grande/MS: A Transição da Agricultura Familiar para o Território Cultural e Gastronômico. 71f. 2014. **Dissertação (Mestrado em Administração)** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS, 2014.

Orientador: Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani

Defesa: 31/03/2014

Since its origin the street fair is characterized as a distribution channel of products from family farms and besides its economic function was also gaining ground as part of a cultural city. The Central Fair of Campo Grande / MS has undergone several transformations and today stands out for its part cultural and gastronomic. From this finding, the present study aims at analyzing the transition of Central Fair of Campo Grande a channel of distribution of family farming to an area's cultural and gastronomic specifically seeks to characterize the Central Fair of Campo Grande / MS; note the territoriality of Japanese immigrants in this trajectory and assess how fair is the Central territory as a cultural and gastronomic. For that we both made use of secondary data and primary data, the latter were obtained through semi-structured interviews with owners of stalls selling food, especially soba. The results show that the Fair Central lost its essence as free fair and today stands out for its gastronomic part that is part of the culture and tourism in the city of Campo Grande / MS.

Key-Words: *Street Fair; Family Farming; Gastronomy; Culture.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Feira Central em 1925.....	37
Figura 02: Feira Central em 1987.....	38
Figura 03: Linha do tempo da Feira Central de Campo Grande.....	39
Figura 04: Entrada da Feira Central na Rua 14 de julho.....	40
Figura 05: Feira Central em 2004.....	42
Figura 06: Corredor de alimentação da Feira Central.....	43
Figura 07: Monumento do sobá na Feira Central.....	45
Figura 08: Sobá japonês, também conhecido como Ramen.....	46
Figura 09: Sobá de Campo Grande.....	47
Figura 10: Mapa de Okinawa.....	49
Figura 11: Foto da inauguração da Estação Ferroviária de Campo Grande, 1914.....	50
Figura 12: Barraca de Verdura na Feira Central.....	55
Figura 13: Barraca gastronômica na Feira Central em 1990.....	56
Figura 14: Barracas gastronômicas na Feira Central.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABF – Associação Brasileira de Franchising

AFECETUR – Associação da feira Central e Turística de Campo Grande

CEASA – Centrais de Abastecimento

FLV – Frutas Legumes e Verduras

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PIB – Produto Interno Bruto

PLANURB – Instituto Municipal de Planejamento Urbano

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

RFFSA – Rede Ferroviária Sociedade Anônima

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

TDR – Territorialização Desterritorialização Reterritorialização

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMÁTICA DE PESQUISA	13
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	15
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
2.1 ABORDAGEM E TIPO DE PESQUISA.....	16
2.2. PROCEDIMENTOS DE COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS...18	
3. REFERENCIAL TEÓRICO	20
3.1 AGRICULTURA FAMILIAR.....	20
3.2 HORTICULTURA E FEIRA LIVRE.....	22
3.3 ALIMENTAÇÃO E MULTICULTURALIDADE.....	25
3.4 TERRITÓRIO	27
3.5 TERRITORIALIDADE.....	30
3.6 DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO.....	33
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	36
4.1 FEIRA CENTRAL DE CAMPO GRANDE/MS	37
4.2 A IMIGRAÇÃO JAPONESA: SUA TERRITORIALIDADE E IMPORTÂNCIA CULTURAL.....	48
4.3 A FEIRA CENTRAL COMO TERRITÓRIO CULTURAL E GASTRONÔMICO.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63
ANEXO	69

1. INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

A agricultura familiar obteve espaço e reconhecimento tanto na sociedade como no meio acadêmico. Houve um maior reconhecimento da importância econômica e social que a agricultura familiar e a população das áreas rurais possuem. Outro passo relevante foi a quebra do preconceito que se tinha com relação ao meio rural, que era visto com um setor pertencente ao passado (GUILHOTO et al., 2007). Um dos principais meios de distribuição da produção familiar, desde sua origem, são as feiras livres. Nelas os produtores também são os vendedores, feirantes, o que faz com que o ganho destes seja maior, deste modo há um fortalecimento da agricultura familiar. Na agricultura familiar a horticultura se destaca por não necessitar de um extenso espaço para plantio, além de pouca tecnologia e investimento inicial.

A feira livre originou-se da necessidade de um intercâmbio das diversas mercadorias excedentes das pessoas, que fez surgir à necessidade de um lugar no qual essas trocas fossem facilitadas e possibilitadas (SOUZA, 2004). Desde então a feira livre é vista como o principal canal de distribuição dos produtos advindos da agricultura familiar. Na Feira Central de Campo Grande/ Mato Grosso do Sul além da venda destes produtos se destaca a parte gastronômica que está interligado à cultura japonesa, já que a grande parte dos vendedores são descendentes japoneses, vindos, em sua maioria, da Ilha de Okinawa. A alimentação possui uma ligação direta com a cultura e é grande, e crescente, o número de estudos sobre este assunto. A cultura de um povo vai determinar o que se come, como se come e porque se come

(MESELMAN, 2008). Maciel (2005) salienta que a alimentação realizada pelos seres humanos possui em suas raízes elementos que são oriundos da cultura de cada povo, e o prato sobá faz parte da cultura da cidade de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul. A importância do mesmo pode ser vista pelo título de primeiro bem imaterial do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade; pelo festival dedicado a ele e, mais recentemente, pelo projeto da “Franquia do Sobá de Campo Grande” (CULTURA NIKKEY, 2012).

Com a chegada dos imigrantes japoneses em Campo Grande e a criação da Feira Central deu origem a um novo território. De acordo com Raffestin (1993) o território é o resultado da interferência e do trabalho de um ator, ou de vários atores em um determinado espaço. Através do enfoque territorial é possível estudar toda a trajetória dos imigrantes japoneses que se instalaram na capital sul-mato-grossense e exerçam a sua territorialidade naquele local. Com as mudanças de local da Feira vemos claramente a ocorrência dos processos de desterritorialização e reterritorialização, sendo o primeiro, segundo Chelotti (2010), caracterizado pelo aniquilamento de um território e o segundo pela recriação de um território.

O presente trabalho teve como base dois artigos escritos pela própria autora: “Mestiçagem alimentar e sua influência sobre as atitudes do consumidor: o caso do sobá” e “A Feira Central de Campo Grande como um canal de distribuição da agricultura familiar”. Por meio destes constatou-se que é inegável que a feira livre teve como papel principal, no decorrer da história, ser o canal de distribuição de produtos provindos da agricultura familiar. A feira de Campo Grande/MS também surgiu neste contexto, porém com o decorrer dos anos foi cedendo espaço para outras atividades, com destaque para a venda do prato sobá.

Sobre o problema de pesquisa: a revisão bibliográfica realizada mostrou que, desde sua origem até hoje, a feira livre se comporta como um canal de comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar. Há vários estudos que mostram a importância desta função da feira, porém percebeu-se que na feira da capital do Mato Grosso do Sul este papel foi perdendo espaço para outras atividades, em especial para a gastronomia. A partir desta constatação surgiu a seguinte indagação: a Feira Central de Campo Grande/MS deixou de ser um canal de distribuição de produtos advindos da agricultura familiar e se tornou um território cultural e gastronômico? Assim estuda-se essa mudança e as suas possíveis causas.

1.2 OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a transição da Feira Central de Campo Grande de um canal de distribuição da produção da agricultura familiar para um território cultural e gastronômico. Tendo como objetivos específicos:

- a) caracterizar a Feira Central de Campo Grande/MS;
- b) verificar a territorialidade dos imigrantes japoneses e sua participação no processo histórico da Feira Central de Campo Grande/MS;
- c) avaliar como se constitui a Feira Central como território cultural e gastronômico.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O trabalho está dividido em cinco capítulos, este é o primeiro, a introdução, em seguida são apresentados os procedimentos metodológicos. No terceiro capítulo temos o referencial teórico, que é composto por seis subtópicos, que tratam respectivamente: da agricultura familiar; horticultura e a feira livre; território; territorialidade; reterritorialização e multiculturalidade. No quarto capítulo é feita a análise e interpretação dos dados e por fim apresentamos a conclusão.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Antes de expor os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho julgou-se importante relatar como se chegou a este objeto de estudo. Esta pesquisa teve como base dois artigos elaborados pela autora, o primeiro estudou o a atitude dos consumidores em relação ao prato sobá e o segundo analisou a Feira Central de Campo Grande/MS como um canal de distribuição da agricultura familiar.

Após a realização destes trabalhos foi constatado que a Feira Central da cidade de Campo Grande passou por uma transição e até mesmo por uma descaracterização. Ao longo dos anos, foi abandonando sua atividade principal, que era venda de frutas, verduras e legumes provindos da agricultura familiar, e passou a comercializar, em sua maior parte, produtos gastronômicos, com destaque para o prato sobá, primeiro bem imaterial do Patrimônio Histórico e Cultural da capital sul-mato-grossense.

2.1 ABORDAGEM E TIPO DE PESQUISA

Neste trabalho foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa, quanto aos fins exploratória, quanto aos meios estudo de caso. O estudo de caso se tornou uma modalidade de pesquisa muito popular, inclusive nas ciências sociais, pois é realizado um estudo mais aprofundado de um número limitado de assuntos, o que possibilita tal profundidade, pois se trata de uma maior gama de objetos o mesmo não aconteceria (GIL, 2002).

A pesquisa exploratória objetiva munir o pesquisador com as informações necessárias ao seu trabalho, possibilitando um maior entendimento tanto do assunto como do problema pesquisado. Nesta pesquisa exploratória utilizou-se como métodos: levantamento em fontes secundárias e estudo de casos selecionados (MATTAR, 1999).

Foram utilizados tanto dados primários como secundários nesta pesquisa. Mattar (1999) define dados primários como aqueles que não foram coletados anteriormente, ou seja, os pesquisados ainda os detêm, já os dados secundários se caracterizam por já terem sido coletados anteriormente.

Com base nos dados secundários, obtidos para a construção do referencial teórico, os proprietários das barracas de comida da Feira Central de Campo Grande foram os escolhidos para serem entrevistados. Estes se caracterizam pela sua descendência japonesa, mas especificamente da Ilha de Okinawa. Utilizou-se uma amostragem não probabilística conhecida como *snowball* (Bola de neve, em tradução livre) onde o primeiro entrevistado indica o segundo e assim por diante até se chegar ao objetivo idealizado (BALDIN & MUNHOZ, 2011). Optou-se por esta metodologia para obter entrevistados com características comuns e imprescindíveis para a continuação da pesquisa.

Realizou-se um pré-teste com um descendente japonês, proprietário de uma sobaria em Campo Grande/MS, no mês de março de 2013. A realização do teste teve como intuito uma investigação sobre o objeto pesquisado e ainda permitiu examinar a viabilidade do roteiro da entrevista. Para a consecução desta pesquisa foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas com proprietários de barracas gastronômicas da Feira Central de Campo Grande, os entrevistados serão representados como E (1); E (2); E (3); E (4); E (5) e E (6). Ressalta-se que a Feira Central possui 28 barracas gastronômicas diante deste número deu-se início as entrevistas e pelo critério de saturação, defendido por Vergara (2005), chegou-se ao número de seis entrevistados.

Segundo Yin (2005), o estudo de caso investiga um fenômeno em seu contexto real, o que explicita a intenção de tratá-lo como condição do contexto ao qual está exposto. Dencker (1998) vê o estudo de caso como um estudo exaustivo acerca de um objeto em especial, para seu conhecimento profundo. No caso desta pesquisa o objeto estudado é a Feira Central de Campo Grande/MS.

Algumas etapas são propostas para se desenvolver o estudo de caso, são elas: “formulação do problema; definição da unidade-caso; determinação do número de casos;

elaboração do protocolo; coleta de dados; avaliação e análise dos dados; e preparação do relatório” (GIL, 2002, p. 137). Este trabalho utilizou como base as etapas descritas acima.

Este estudo de caso se caracteriza como intrínseco já que o caso constitui o próprio objeto da pesquisa (STAKE, 2000). Neste tipo de caso o objetivo do pesquisador é o conhecimento profundo no caso estudado, sem o intuito de criar uma teoria (GIL, 2002). Após a determinação do caso a ser estudado elaborou-se um protocolo contendo a visão global do projeto; os procedimentos de campo; determinação das questões e um guia para a elaboração do relatório final, de acordo com as indicações de Yin (2005), este protocolo foi de vital importância para o próximo passo: a coleta de dados.

2.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Quando se opta por realizar um estudo de caso a coleta de dados se torna mais complexa, pois de acordo com Gil (2002), deve-se fazer uso de mais de uma técnica para obter os dados, agindo desta maneira o estudo ganha mais credibilidade. Nesta pesquisa, os dados foram obtidos através da análise de documentos e entrevistas semiestruturadas. Segundo Queiroz (1988) a entrevista semiestruturada é uma técnica de coleta de dados onde há uma conversa, de caráter contínuo, entre o pesquisador e o entrevistado, que deve guiá-la de modo a obter as informações que lhe são convenientes. As entrevistas semiestruturadas possuem como técnica principal o “fazer falar”, de modo que é feita uma pergunta mais genérica para o entrevistado com o intuito de incentivá-lo a discorrer sobre o assunto abordado (POULAIN & PROENÇA 2003).

As entrevistas foram gravadas com o consentimento de cada entrevistado, e após a realização das mesmas fez-se suas transcrições, atentando-se não somente para a fala do sujeito, mas também aos outros elementos que fazem parte do seu discurso, como alterações na fala e risos.

Após a coleta dos dados realizou-se uma análise de conteúdo. Bardin (2009, p.33) afirma que “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos”. A análise de conteúdo pode

ser quantitativa e qualitativa. Existe uma diferença entre essas duas abordagens: na abordagem quantitativa se traça uma frequência das características que se repetem no conteúdo do texto. Na abordagem qualitativa se considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem. Neste trabalho utiliza-se uma abordagem qualitativa.

Para Vergara (2005, p. 14) a análise de conteúdo:

Refere-se ao estudo de textos e documentos. É uma técnica de análise de comunicações, tanto associada aos significados, quanto aos significantes da mensagem. Utiliza tanto procedimentos sistemáticos e ditos objetivos de descrição de conteúdos, quanto inferências, deduções lógicas. Pratica tanto a hermenêutica, quanto as categorias numéricas.

Deste modo, utilizou-se a análise de conteúdo para analisar as entrevistas realizadas com o intuito de avaliar a transição da Feira Central de Campo Grande de um canal de distribuição da produção provinda da agricultura familiar para um território cultural e gastronômico, para mostrar a trajetória dos imigrantes japoneses que iniciou trabalhando na construção da estrada de ferro da cidade, passou-se para a horticultura e, por fim, se dedicou a venda do sobá.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Para uma maior compreensão do objeto pesquisado faz-se necessário apresentar algumas definições teóricas que fazem parte da explanação desta pesquisa. Nos seguintes tópicos aborda-se a agricultura familiar, sua origem e importância. Conceitua-se feira livre com enfoque na horticultura, se teoriza sobre território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização e, por fim, trata-se da multiculturalidade.

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Dentro dos mercados convencionais da agricultura existe uma lacuna significativa que pode ser preenchida pela agricultura familiar, porém isso irá depender de alguns fatores, como: habilidade de organização local, a fim de pressionar as instituições, tanto públicas como privadas, para fazer mudanças de inserção social na sua matriz. O ambiente social em que algumas famílias agricultoras estão inseridas muitas vezes é um fator que impede que essas se firmem economicamente. Essas famílias possuem poucas opções de escolha quando se trata da comercialização dos seus produtos, encontram dificuldade para obtenção de financiamentos e informação (ABRAMOVAY, 1999). Wanderley (1996, p. 2) conceitua a agricultura familiar como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. A agricultura familiar é constituída de produtores de pequeno e médio porte, e estes são maioria entre os

produtores rurais. Os membros da agricultura familiar se caracterizam por possuírem pouca escolaridade e terem uma produção diversificada para que os custos sejam menores e os ganhos maiores, assim eles podem se adaptar conforme as disponibilidades ambientais e oferta de mão de obra (PORTUGAL, 2004).

Para Abramovay (1999) existe uma elevada sub-ocupação de mão de obra na agricultura familiar, em especial no interior dessas unidades familiares, deste modo, uma das parcelas dessa mão de obra que possui maiores chances de conseguir emprego na cidade acaba partindo para a área urbana, neste contexto representados pelos jovens.

Tanto a agricultura de um modo geral, como a familiar, passou por mudanças devido ao modelo de exportação de produtos primários, no fim da década de 1980 e início de 1990 quando a produção interna passou a ser ameaçada pela internacional. Porém, vemos que a agricultura familiar possui maiores dificuldades para se adequar aos novos desafios de uma agricultura cada vez mais globalizada. O aumento da produção de alimentos, a criação de novas oportunidades empregos e a maior renda para os agricultores são alguns desses desafios enfrentados (ROSA, 1999).

No Brasil, segundo Pierre e Valente (2010), o segmento da agricultura familiar, na maior parte do tempo, foi ignorado pelo Setor Público que priorizava a agricultura vista como moderna, capitalizada, produtora de commodities para o mercado internacional. A agricultura familiar e os seus componentes eram vistos pela sociedade como uma atividade atrasada, ligada estritamente ao passado, ou seja, os agricultores familiares eram marginalizados (REDIN & FIALHO, 2010).

Na década de 1990, começam as mudanças no setor da agricultura familiar, em 1996 ocorreu a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e em 1999 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Com o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, destacaram-se os movimentos dos trabalhadores rurais e as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em 2006, foi promulgada a lei que estabelece o conceito oficial da agricultura familiar, mostrando que o estado brasileiro reconheceu o seu valor e sua importância (PIERRE & VALENTE, 2010).

O Estado brasileiro tem demonstrado maior interesse nos agricultores, em especial na agricultura familiar. Houve um maior reconhecimento dessa importância econômica e social que a população das áreas rurais possui. Outro passo relevante foi a quebra do preconceito

que se tinha com meio rural, que era visto com um setor que pertencia ao passado (GUILHOTO et al., 2007). O pressuposto básico tanto da política nacional de assentamentos como do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é que o meio rural, e as cidades que estão estritamente relacionadas a ele, possuem uma capacidade de criação de renda que não é valorizada pela sociedade (ABRAMOVAY, 1999).

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2014) o segmento da agricultura familiar possui 4,3 milhões de unidades produtivas, este número representa 84% dos estabelecimentos rurais no Brasil, 33% do Produto Interno Bruto Agropecuário. No tocante a renda da agricultura familiar, nos últimos dez anos, cresceu 52% fazendo com que mais de 3,7 milhões de pessoas migrasse para a classe média. Ressalta-se que esse setor tem seu foco voltado mais para as funções de caráter social do que econômicas.

Quando falamos de produção rural de pequeno e médio porte, enquadra-se aqui a agricultura familiar, e a horticultura se mostra como uma das melhores escolhas para estes produtores (LOURENZANI, 2006). Deste modo se faz necessário discorrer sobre a horticultura.

3.2 A HORTICULTURA E A FEIRA LIVRE

Segundo Faulin (2004) para se produzir hortaliças não é necessária uma grande extensão de terra, nem de um vasto conhecimento de tecnologia tão pouco de um grande investimento inicial. Logo essa produção é de vital importância para os agricultores familiares e para que os mesmos se fortaleçam e possam se sustentar. Em contrapartida, os produtos são altamente perecíveis, possuem uma distribuição pulverizada e não possuem como característica a homogeneidade, logo esses fatores contribuem para que ocorram problemas na hora de realizar seu comércio (FAULIN & AZEVEDO, 2003).

A horticultura merece destaque por ser um grande criador de empregos. A produção de hortaliças emprega oito vezes mais, por hectare, do que a produção de grãos e cereais, por exemplo. Esta produção é distribuída especialmente pelas Centrais de Abastecimento (CEASAs) (LOURENZANI, 2006). A CEASA/MS foi inaugurada em julho de 1979, é uma

empresa de economia mista, vinculada administrativamente a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER). A Central de Mato Grosso do Sul tem como função orientar, disciplinar, distribuir e comercializar os produtos de horticultura do estado (CEASA/MS, 2012). No estudo de Cordeiro, Tredezini & Carvalho (2008), realizado na cidade de Campo Grande-MS, os mesmos encontraram um total de 36 tipos de hortaliças que são produzidas na bacia do Córrego Bandeira neste município. Entre essas se destaca a alface crespa, um tipo de hortaliça folhosa, que possui uma maior demanda no mercado logo é produzida por todos que fazem parte desta bacia.

As hortaliças tinham como seu principal meio de comercialização a feira livre, porém a mesma foi perdendo este posto para os supermercados, que no início realizava este tipo de venda apenas como um meio de atrair os consumidores. Porém, esta estratégia resultou em uma mudança no comportamento do consumidor, em especial devido às mudanças provenientes da globalização, como, por exemplo, a maior participação da mulher no mercado de trabalho. Assim houve uma maior necessidade de se otimizar o tempo gasto nas compras, logo os supermercados se mostram a opção mais viável para isto (FAULIN & AZEVEDO, 2003).

Um estudo realizado na capital sul-mato-grossense mostrou que na bacia do Córrego Bandeira, 75% dos produtores entrevistados comercializa sua produção nas feiras ou em outros lugares todos os dias, já o restante dos agricultores realiza consignação com rede de supermercados. Já na bacia do Córrego Segredo 87,5% dos entrevistados escoam sua produção para o CEASA-MS e 12,5% comercializam na feira (CORDEIRO, TREDEZINI & CARVALHO, 2008).

Na cidade de Campo Grande, os imigrantes japoneses que trabalhavam na construção da Estrada de Ferro Noroeste começaram a trabalhar de forma paralela na agricultura de subsistência, os mesmos adquiriram sítios onde plantavam hortaliças e as vendiam nas feiras livres (SILVA, MERCANTE & SILVA, 2012).

A feira livre originou-se da necessidade de um intercâmbio das diversas mercadorias excedentes das pessoas, que fez surgir à necessidade de um lugar no qual essas trocas fossem facilitadas e possibilitadas. Desde a época de Cristo há registros da existência de feiras, como expressão do comércio de mercadorias, onde se negociavam os excedentes em troca de mercadorias de que necessitasse. Buscava-se um lugar com grande fluxo de transeuntes para facilitar as trocas (SOUSA, 2004).

As feiras constituem um fluxo dinâmico, que permite que os feirantes se desloquem ao encontro de um maior número de consumidores. Não só os feirantes fazem parte dessa dinâmica, mas também seus produtos, que por vezes são produzidos na área rural, ou comprados pelo feirante na central de abastecimento da cidade, para por fim serem distribuídos e colocados à venda aos consumidores finais nas diversas localidades em que esse feirante se estabelece (QUEIROZ, 2011).

A teoria de Milton Santos divide o espaço urbano em dois diferentes circuitos econômicos: o “circuito superior” que engloba todas as atividades econômicas ditas modernas que tem como foco a acumulação de capital financeiro, essas atividades possuem como características principais a existência de tecnologia avançada, trabalhadores mais qualificados e as classes média e alta são seus principais consumidores. Já o “circuito inferior” norteia suas atividades para a população e economia locais, possui pouca tecnologia envolvida, os trabalhadores não são protegidos socialmente e o público alvo é a classe média e popular. A modalidade feira livre pertence a este último circuito (SATO, 2007).

Sendo um dos meios mais antigos de se realizar o comércio, a feira livre se mostra importante tanto economicamente como culturalmente, ela não é apenas um local de comercialização, mas um local onde ocorrem relacionamentos de caráter social e cultural, lugar onde há o encontro de produtores e onde os mesmo se relacionam. As feiras livres são capazes de suprir pequenas cidades, ou aquelas que se localizam fora de rotas de comércio ou áreas onde ocorre a distribuição de produtos. Elas são responsáveis por escoar o que é produzido pelos pequenos agricultores locais além de gerar um fluxo de renda no comércio da cidade, pois na maioria das vezes o que ganho pelos feirantes é gasto na cidade (CÓCARO *et al.*, 2012). Segundo Ribeiro (2003), através da feira livre é possível fortalecer a agricultura familiar, isto porque a feira agrega valor aos produtos e os distribui diretamente, encurtando a cadeia comercial.

Para Cócáro *et al.* (2012) no interior das feiras são comercializados produtos agrícolas e não agrícolas produzidos por uma mesma família o que a possibilita inserir-se no comércio urbano. Por meio das feiras livres, a população da cidade pode adquirir produtos que são produzidos exclusivamente por produtores familiares, doces caseiros e conservas são exemplos desses produtos.

De acordo com Mascarenhas & Dolzani (2008) a feira livre é um ambiente alegre, onde as pessoas se comportam de maneira mais solidária e simpática, mesmo que essas ações

não sejam totalmente verdadeiras. E este ambiente, que pode ser chamado de acolhedor, é o oposto daquele oferecido pelos supermercados, onde a formalidade predomina. Vemos que os supermercados muitas vezes tentam imitar o ambiente da feira, com mudanças no seu espaço físico, contudo a figura e comportamento do feirante não podem ser criados.

No Brasil, a feira livre é considerada uma modalidade de varejo ao ar livre que possui uma periodicidade semanal e o município é o responsável pela sua organização, por ser um serviço de utilidade pública. Sua função inicial era distribuir alimentos e produtos de primeira necessidade em um determinado local e hoje possui uma posição importante no abastecimento da cidade, mesmo tendo que lutar com as políticas públicas adversas a ela, em especial nos últimos 30 anos. Destaca-se que no momento atual uma das principais razões de se rejeitar a feira livre é porque a mesma destoa da paisagem urbana e moderna que a cidade possui. Um exemplo foi o aparecimento dos carros às ruas, a partir deste momento a feira foi vista como um empecilho à circulação nas vias públicas (MASCARENHAS & DOLZANI, 2008).

Por meio da feira livre, segundo Lima et al. (2008), podem-se conhecer vários aspectos relacionados à cidade ao qual a mesma pertence, como: sua cultura, costumes, gastronomia e traços da sua população. É comum hoje em dia que as feiras livres sejam recomendadas, pelas agências de viagem, como pontos turísticos a serem visitados. Além de ser um espaço de comércio a feira também é vista como um espaço de lazer e entretenimento, um ponto de encontro e convivência das pessoas.

3.3 ALIMENTAÇÃO E MULTICULTURALIDADE

“A palavra cultura significa cultivar [...] Na filosofia é o conjunto de manifestações humanas que contrastam com a natureza e comportamento natural.” (MATOS & BRITO, 2013, s/p.). A alimentação e a cultura estão totalmente interligadas, de acordo com Meselman (2008) a cultura de um povo vai determinar o que se come, como se come e porque se come. A alimentação e a culinária são vistas com componentes culturais importantes, mas nem sempre foi assim. Este reconhecimento só foi possível no Brasil com os estudos de Gilberto Freyre (CAVALCANTI, 2005). A partir deste autor a alimentação como componente cultural

é vista com outros olhos, volta-se atenção à mesma. Alimentação deixa de fazer parte apenas da área da saúde e começa a ser estudada por diferentes áreas, como a antropologia e a sociologia, a economia e a própria administração.

Maciel (2005) salienta que a alimentação realizada pelos seres humanos possui em suas raízes elementos que são oriundos da cultura de cada povo, assim pode-se ver a comida não apenas como algo utilitário, mas também como algo simbólico, impregnado de códigos sociais. Desta maneira, não se pode tratar a alimentação apenas como um meio de sobrevivência, a partir do momento que há uma grande oferta de alimentos no mundo seu aspecto utilitário vai perdendo espaço para o simbólico. Comer determinada comida pode revelar quem você é, quais são suas origens e até a que camada socioeconômica você pertence.

Daniel e Cravo (2005), também ressaltam a importância de se enxergar a alimentação como algo simbólico, que pode ser visto através das relações sociais entre as pessoas. No Brasil a troca de alimentos é algo que faz parte dos laços de amizade e em cada região o convidado é recepcionado com um alimento diferente, como exemplo pode-se citar o chimarrão, hábito pertencente às pessoas que vivem no sul do nosso país.

Segundo Morais (2001) no atual contexto da sociedade onde a globalização se reflete em todos os meios, isso não seria diferente com a alimentação, cada vez mais se pode ter acesso a comidas de outras partes do mundo. Porém na contramão deste fenômeno temos as comidas típicas regionais, cada vez mais empenhadas em ressaltar a importância da preservação das culturas locais, numa contraposição ao “medo” de que com a globalização esse tipo de comida se extinga. Já para Santos (2011) as cozinhas estão em constantes mudanças, para ele tanto as cozinhas regionais, locais, nacionais ou internacionais com resultados de uma miscigenação de diferentes culturas, de trocas entre as mesmas. Muitas vezes uma comida local é adaptada para que seja apreciado por um local diferente. A comida regional, típica, passa a ser vista como um patrimônio daquela sociedade, algo que pertence à mesma e deve ser preservado por fazer parte daquela cultura (MORAIS, 2011).

Multicultural [...] descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo que retêm algo de sua identidade “original” (HALL, 2003).

Segundo Matos & Brito (2013), quando pessoas que possuem diferentes culturas convivem em um mesmo local e estas estabelecem uma conexão, respeitando as suas

diversidades nos deparamos com a multiculturalidade. É a permanência de diversas culturas dentro de um mesmo espaço, sem que nenhuma delas se destaque. Quando um determinado território é tomado por diferentes grupos sociais podem ocorrer divergências entre os mesmos, num primeiro momento, todavia quando estes grupos criarem raízes no território haverá uma urgência de diálogo e permuta que desencadeará em uma identificação de seus valores e culturas (COELHO, 2008).

Dentro dessa ideia oriunda de Milton Santos se vê a relação dos agentes dentro de um espaço dinâmico, onde, nesse caso a troca entre as culturas altera a situação dada até determinado momento, ou seja, o que outrora se via apropriado por uma certa característica cultura se vê de certa forma ameaçado por outra. Esse espaço dinâmico e essas relações são melhor explicadas a partir do conceito de território.

3.4 TERRITÓRIO

A partir no início do século XX, devido às problemáticas oriundas da geografia política e da abordagem do espaço como algo pertencente a uma nação e com estrutura com base no Estado, os geógrafos enxergam a necessidade de falar do território. Devido a vários problemas, entre eles: a distribuição dos habitantes, as fronteiras dos Estados, garantia de segurança da região habitada, os agentes buscavam criar limites fáceis de serem traçados, como rios ou montanhas. E como justificativa declarava-se que a fronteira do seu território teria sido traçada pela própria natureza. Neste contexto, o território é resultado da apropriação grupal de uma determinada localidade (CLAVAL, 1999).

A palavra território, derivada de terra, tem sua origem do latim, *territorium*, e possui como significado uma porção de terra apropriada. (EGLER, 1995). Território é, muitas vezes, confundido com espaço, porém devemos lembrar que são conceitos distintos. Quando um ator realiza a apropriação de um espaço, definindo-o e o delimitando por meio de relações de poder, este se torna um território. Ou seja, um território é o resultado da interferência e do trabalho de um ator, ou de vários atores em um determinado espaço (RAFFESTIN, 1993).

Ainda partindo da análise epistemológica da palavra território este possui duas definições: *terra-territorium* e *terreo-territor*, o primeiro está ligado à dominação, apropriação, enquanto o último remete-se ao terror, remetente ao fato da dominação existente no território. O território está intrinsecamente ligado ao poder e não apenas no sentido político, mas também ao sentido de apropriação. Deste modo enxerga-se o território a partir de duas perspectivas: material e simbólica. A lógica capitalista hegemônica defende a unifuncionalidade do território, porém vemos que o mesmo é muito mais complexo e possui múltiplas facetas (HAESBAERT, 2008).

Raffestin (1993) defende que não se devem usar os conceitos de espaço e território de forma equivalente, muitos geógrafos assim o fizeram e causaram desordem em seus estudos. Primeiramente, é importante frisar que o espaço antecede o território, este último ganha forma a partir do primeiro por meio de um agente que realiza uma ação. Quando um ator toma posse de um espaço, de forma concreta ou abstrata, ele o “territorializa”. O território é um espaço onde foi arquitetado trabalho, podendo este ser energia ou informação, conseqüentemente mostrando as relações que tem como ponto importante o poder. “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem pra si” (RAFFESTIN, 1993, p. 2).

O espaço é visto como uma tela em branco, um lugar onde ainda não ocorreu nenhuma ação, mas está preparado para recebê-las a qualquer momento e a partir deste, onde um agente expressa seu intuito de apoderação daquele espaço ele se torna um território. O território se sustenta no espaço, mas não pode ser confundido com ele. As figuras dos territórios mostram tanto as relações de produção como as de poder e a decifração das mesmas é o que permite conhecer a densa composição deles. São os atores sintagmáticos que constroem todos os tipos de territórios, dos menores aos maiores, e estes estão em constantes mudanças (RAFFESTIN, 1993).

Para Paula (2004) a representação de um território é construída subjetivamente, pois necessita do agir de um agente, que instituirá aquele determinado território. Este sujeito pode ser interno ou externo a este espaço, no primeiro caso, ocorre uma construção subjetiva endógena e no segundo a mesma é exógena. Quando é um ato endógeno que institui um território, este se define por informações identitárias selecionadas por agentes locais, provenientes do próprio território caracterizando uma relação autônoma e na maioria das vezes democrática. Já quando o território é instituído por uma ação de fora sua forma é definida por atores que não pertencem àquele território, neste caso haverá uma relação heterônoma e na maioria das vezes autoritária.

Contudo não é recomendável que se tome essa classificação como algo absoluto, já que um território pode inicialmente ser instituído por uma ação exógena e ter seus limites constituídos pelos habitantes locais, que passam a possuir um sentimento de apropriação e reconhecimento do mesmo. Ou ainda, uma parte da população pertencente ao território, mas que não possuem representação e legitimação perante os demais, pode instituir o território, porém sem o reconhecimento desta população. Deste modo, vemos que para que a instituição de um território seja também uma unidade de desenvolvimento é necessário que exista um protagonismo local (PAULA, 2004).

O território é composto por atributos físicos e humanos, juntos estes expressam as individualidades e personalidade do mesmo, onde as características naturais, tecnológicas, econômicas, sociais e demográficas interagem. Os agentes locais que pertencem ao território sejam eles políticos, econômicos, culturais ou sociais, necessitam se enxergarem como atores com interesses convergentes e integrados que pertencem a um mesmo local. O território deve ser visto como um conceito ativo, vivo, que possui a capacidade de ser interpretado de diferentes maneiras e até se reinventar quando enxergado a partir de diferentes condicionantes do ambiente. Assim, incorporando uma nova característica podem-se criar novos territórios, em determinado espaço de tempo visto como estratégico, e muitas vezes os próprios atores do local não conseguem reconhecer ou valorizar este atributo incorporado. Quando isto ocorre necessita-se criar um senso de identidade comum tendo como base essa nova característica (VALE, 2004).

Para Gottman (1952) a concepção moderna do território está ligada à soberania, desta maneira, ele está intrinsecamente conectado ao controle e ao poder. Esta abordagem do território nasce no século XVI e é estudada primeiramente por Jean Bodin. Seguindo a linha de pensamento de Gottman, Robert Sack defende que o território é fruto da necessidade de controle do espaço e das pessoas que vivem nele. A teoria deste autor se destaca por defender a aplicabilidade da territorialidade em diferentes escalas, desde pequenos espaços, como uma sala, até uma abordagem mais ampla, como o Estado (CLAVAL, 1999).

A partir do momento em que começa a se considerar o território como uma dimensão, há uma grande mudança na abordagem da geografia. Quando o território entra em voga ressalta-se a importância do homem na construção do mesmo o que não era expresso na categoria espaço. O relacionamento dos atores com o meio não é apenas material, mas também simbólico. Assim estes atores arquitetam os seus territórios e os enxergam nessa construção (CLAVAL, 1999).

Não se pode pensar no território apenas como uma porção de terra, como algo somente físico e palpável. O território também é algo imaterial composto por relações de cunho social que acontecem naquele determinado espaço (RAFFESTIN 1993). Devido a sua complexidade e multiformidade o território se tornou objeto de estudo de diferentes áreas e ciências ganhando assim novas abordagens, ele deixa de ser analisado apenas pela geografia e passa a fazer parte dos estudos de áreas como sociologia, economia entre outras (ALBAGLI, 2004). É impossível falar de território e não falar sobre as suas relações de poder, logo explanaremos a seguir sobre a territorialidade.

3.5 TERRITORIALIDADE

O território é composto por várias relações de dominação (ou apropriação) que envolvem a sociedade e o espaço social. Ele “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96). É impossível falar em território sem pensar em fronteiras, que nem sempre são traçadas fisicamente, mas estão sempre presentes e mostram a interação de um grupo com o local ao qual pertencem (RAFFESTIN, 1993).

Para Teixeira & Andrade (2010) os territórios se formam quando ocorrem relações de poder entre os agentes de um determinado espaço. Essas relações fazem com que as características dos atores envolvidos se expressem naquele território. Os autores ainda defendem que estas relações ocorrem em forma de redes, ou seja, há um contínuo escambo de energia e conhecimento entre os atores, através do trabalho. Por este motivo, defendem que quando se estuda o território deve-se focar nos agentes que pertencem ao local e a nas suas relações.

Tanto a ciência humana, como a social, passam a estudar a territorialidade a partir do momento em que se julga necessário estudar o comportamento dos humanos tendo como foco o espaço que os mesmos habitam. Desta maneira, podemos conceituar territorialidade como o relacionamento entre seres humanos, ou grupos destes, em um determinado espaço com um

sentimento de pertença em relação ao mesmo. Tratando a territorialidade como uma característica do ser humano ela está totalmente ligada às normas da sociedade e aos valores culturais desta, que se diferenciam dependendo do lugar e do tempo (ALBAGLI, 2004).

Segundo Souza (1995) a territorialidade é “aquilo que faz de qualquer território um território”. Não podemos confundir territorialidade com raiz territorial, pois a primeira além de possuir dinâmica pode ser transportada. Ou seja, se uma pessoa fazia parte de um território e passa a fazer parte de outro ela terá ali uma nova territorialidade, já a sua raiz territorial continuará a mesma (ALBAGLI, 2004).

No início, o conceito de territorialidade fazia parte apenas da área jurídica, estava ligado à base territorial dos Estados. Em 1920, a etologia, que estuda o comportamento dos animais, trouxe uma nova abordagem a respeito da territorialidade, essa passa a ser definida como o comportamento de um ser vivo, que tem como objetivo se apossar de um determinado território e se assegurar de que este não será tomado por outrem. Desta maneira a territorialidade passa a ser enxergada como um sistema de comportamento. Todavia, atualmente busca-se separar a definição de territorialidade animal da humana, sendo que a primeira está ligada à defesa do local onde o animal busca sobreviver (ALBAGLI, 2004).

Para Dias & Costa (2011), o desenvolvimento de táticas para sobreviver, obter uma maior qualidade de vida ou até mesmo se deslocar podem ser consideradas como ações de territorialidade, e esta é realizada no território, nunca fora dele. A maneira como a territorialidade se manifesta nem sempre é constante, dado que o homem tem a capacidade de se desenvolver e se transformar no decorrer da vida. E essas mudanças, na sua maneira de se comportar se refletem na sociedade fazendo surgir novas territorialidades. Por esse motivo, devemos tratar a territorialidade como algo espaço-temporal, visto que sua ocorrência delimita-se a um espaço e a um tempo específico e se transforma conforme as mudanças na sociedade.

[...] territorialidade é toda ação do ser humano sobre o território, ou seja, toda relação social, política, econômica, cultural que se concretiza num dado espaço apropriado pelas relações de poder, seja governamental, individual ou de uma coletividade (DIAS & COSTA, 2011, p. 130).

De acordo com Raffestin (1993), a territorialidade é uma junção de relações que ocorrem em um determinado espaço, tempo e em uma determinada sociedade. Deve-se salientar que a territorialidade não está apenas ligada ao espaço, ela se relaciona com o mesmo e com os demais atores.

Becker (1993, p. 7) conceitua a territorialidade como uma “organização do espaço em territórios diversos, considerados exclusivos por seus ocupantes; uma relação com o espaço, considerando os demais atores”. Através da territorialidade os seus ocupantes conseguem aumentar sua influência sobre este espaço, que agora se caracteriza como território, assim ele se diferencia dos demais e pode-se dizer que se torna único. Deste modo, suas características e suas fronteiras ficam evidenciadas. Essa territorialidade tem seu lado positivo, mas também tem seu lado negativo. Ao passo que pode gerar uma união social ela também pode fazer com que seus atores sejam hostis e excluam aqueles que não fazem parte do seu território (ALBAGLI, 2004).

De acordo com Santos (2000), a territorialidade traz consigo racionalidades ou irracionalidades levando em conta a lógica regida pelo mercado, fazendo com que seus atores socializem e se integrem. Assim podemos ver que essa territorialidade não ocorre apenas com o ambiente, mas entre os agentes que pertencem a este espaço, gerando uma relação composta por três pontos.

“A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p.14). Os atores ao mesmo tempo em que fazem parte do processo territorial também são um produto territorial por meio das relações, relações estas que sempre se caracterizam pela presença de poder por meio delas os agentes tentam mudar suas relações tanto com o meio como com a sociedade; e sem perceberem os próprios atores sofrem mudanças em si. Logo, vemos que é impossível haver uma relação sem que haja poder (RAFFESTIN, 1993).

O conceito de territorialidade possui alguns problemas, entre eles temos um relacionado à sua origem que se deu por meio dos naturalistas que estudavam a territorialidade animal e foi só a partir de 1920 que o estudo foi mais explicitado. (RAFFESTIN, 1993). Howard Raffestin (1993) definiu a territorialidade animal como sendo “a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua espécie”. Todavia vemos que este conceito é facilmente aplicado à territorialidade humana, o ser humano, assim como os animais, possui o instinto de tomar posse de um espaço e tomar precauções para que este não seja tomado por outrem.

A territorialidade é capaz de construir, desconstruir e reconstruir territórios. Ela implica uma movimentação descontinuada, visto que diferentes grupos, ou até sociedades, se

relacionam de maneiras diferentes com o seu território, de acordo com a conjuntura histórica, cultural e econômica que os mesmos vivem (DIAS & COSTA, 2011).

Esse caráter dinâmico da territorialidade passa a ser visto com cada vez maior complexidade. Dentro desse prisma, apenas o conceito de territorialidade não basta para uma análise mais profunda acerca do território se fazendo avançar sobre conceitos como desterritorialização e reterritorialização.

3.6 DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO

Chelotti (2010) afirma que a desterritorialização, também chamada de desenraizamento, teve início com a globalização econômica do mundo. O processo conhecido como desterritorialização implicaria mudanças tanto na ordem social, como na econômica, política e cultural, fazendo com que, aparentemente, o mundo diminuísse. O mesmo autor ainda define territorialização como o surgimento de um território, quando este é aniquilado, mesmo que temporariamente, ocorre a desterritorialização e a reterritorialização acontece quando território é recriado.

Guies Deleuze e Félix Guattari, em especial em suas obras ‘O Anti-Édipo’, ‘Mil Platôs’ e ‘O que é filosofia?’, conceituam desterritorialização de tal maneira que são considerados os “pais” deste conceito. Dentro desta explanação eles apresentam três teoremas, são eles: a) teorema da desterritorialização ou “proposição maquínica”, que diz que não há o processo de desterritorialização sem o de reterritorialização; b) o segundo teorema trata da conexão entre desterritorialização e velocidade, onde mostra que a velocidade não está ligada a intensidade deste processo e; c) o terceiro teorema sugere a diferenciação entre a desterritorialização relativa e a desterritorialização absoluta. (HAESBAERT & BRUCE 2002).

Logo nos deparamos com processos geográficos conhecidos como TDR (Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização), sendo que a territorialização ocorre quando um território é criado, a desterritorialização quando o território é destruído,

mesmo que apenas durante um certo período de tempo, e a reterritorialização quando o território é recriado (CHELOTTI, 2013a).

Desterritorialização, portanto antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão socioespacial (HAESBAERT, 2006, p. 67).

Marandola (2008) defende que é o excesso de mobilidade que possibilita o processo da desterritorialização, para o autor, é essa elevada mobilidade, como parte da globalização, que faz com que este processo ocorra. Ainda segundo Ianni (1995) a sociedade globalizada tem o poder de desterritorializar qualquer coisa e mesmo onde a territorialização é mantida não permanece do mesmo modo ocorre uma desfiguração.

A desterritorialização traz como consequência: mal-estar da modernidade, crescimento da insegurança quanto à existência e ainda desagregação das comunidades. De acordo com Haesbaert (2004) é quando o território começa a se modernizar e as redes a evoluir que entra em cena o processo da desterritorialização, isto devido a duas principais características do território a mobilidade e flexibilidade.

Para Haesbaert (2007), não pode haver um processo de desterritorialização sem que em seguida haja uma reterritorialização isto porque o autor considera o ser humano como um “animal territorial”, logo, tendo como base a geografia, não é possível ocorra desterritorialização sem a reterritorialização aconteça.

Temos que pensar a desterritorialização como uma potência perfeitamente positiva, que possui seus graus e seus limiares (epistratos) e que é sempre relativa, tendo um reverso, uma complementaridade na reterritorialização (, p. 68).

Movimentar-se faz parte da vida dos seres humanos desde tempos remotos, deste modo ficamos diante do processo de desterritorialização, que muitas vezes pode ser acompanhado por aflição por parte das pessoas que fazem parte deste processo, contudo um estado de desterritorialização é característico da raça humana, do mesmo modo que se realocar, estado de reterritorialização (LITTLE, 1994).

De certa forma, o processo de desterritorialização apresenta um viés econômico muito forte à medida que nega a reprodução de um determinado grupo em uma porção específica do território, fazendo com que ocorra seu deslocamento e a tentativa de reterritorialização (econômica, política, social, cultural) em outro lugar. Em ambos os processos (desterritorialização/reterritorialização), forças sociais, econômicas, políticas

atuam como elementos de manutenção, expulsão ou atração (quando no processo de reterritorialização) de grupos envolvidos. (MEDEIROS, 2006).

Segundo Oliven (2006) quando acontecimentos tem início em determinado local e terminam mudando para outro ocorre o que é denominado desterritorialização. Assim como Haesbaert, Oliven defende que a desterritorialização só possui um nexos se estiver ligada a reterritorialização, isto porque os pensamentos e culturas migram de um espaço para outro, onde ocorre a adaptação e integração dos mesmos.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico, foi apresentada a análise e discussão dos resultados da presente pesquisa. Para uma maior compreensão dos dados a análise foi dividida em três subtópicos, de acordo com os objetivos específicos estipulados. O primeiro subtópico trata da caracterização da Feira Central de Campo Grande/MS, no segundo, a territorialidade da migração japonesa e sua importância cultural são expostas e no terceiro, e último, avalia-se a Feira Central como território cultural e gastronômico. Faz-se necessário salientar que se fez uso de dados secundários e de dados primários.

Os dados primários foram obtidos através de seis entrevistas semiestruturadas com proprietários de barracas gastronômicas da Feira Central de Campo Grande/MS, descendentes japoneses que fazem parte de famílias que vieram do Japão para Campo Grande na época da imigração japonesa. Em sua maioria, seus avós eram plantadores de verduras e hoje os descendentes da terceira geração, possuem barracas que vendem entre outros pratos, o sobá.

A idade dos entrevistados variou de 37 a 60 anos, o tempo em que os mesmos trabalham na feira gira em torno de 25 anos, em média, e todos possuem o segundo grau de escolaridade completo. Para que se preserve a identidade dos entrevistados, os mesmos serão representados como E (1); E (2); E (3); E (4); E (5) e E (6).

4.1 FEIRA CENTRAL DE CAMPO GRANDE/MS

A Feira Central de Campo Grande foi regulamentada pelo Ato nº 17 de 04 de abril de 1925, pelo então Prefeito Arnaldo Estevão de Figueiredo. A Feira teria sido criada em função de uma crise de abastecimento que ocorreu no ano de 1924; da necessidade de abastecimento de alimentos à cidade; da produção de excedentes e da influência dos imigrantes que aqui chegaram. A feira localizava-se no coração da cidade, em seu centro comercial e político. Na época a mesma ocorria todas as quintas-feiras e domingos das 5:00 horas às 9:30 horas. Entre 1925, ano de sua regulamentação, até 1964, ano em que a mesma se instalou na Rua Abraão Júlio Rahe, antiga Rua Madeira, a feira passou por muitas mudanças (CALADO, 2011).

Figura 01: Feira Central em 1925



Fonte: Calado (2010)

Como pode ser visto na figura a cima no ano de seu surgimento a Feira Central não possuía nenhuma estrutura física, o espaço era ocupado pelos vendedores e por suas carroças

que abrigavam os produtos a serem vendidos a céu aberto para a população da cidade, como afirmou Ribeiro:

Demos total assistência técnica para a produção, os colonos traziam, nos fins de semana, carroças e mais carroças para a cidade com os produtos plantados, a fim de serem comercializados na feira livre, que foi inaugurada em minha administração municipal. A princípio não havia, para ela, lugar certo. Funcionava em ruas, avenidas até que se fixou no lugar do atual Mercado Municipal e o prestimoso Antônio Valente a administrava gratuitamente. Este trecho faz parte do relato das memórias de Arnaldo Estevão de Figueiredo (RIBEIRO apud CALADO 2009, p.4059).

Já na década de 1970, Calado (2009) afirma que havia 1.185 barracas espalhadas por doze feiras livres na cidade. Porém, Campo Grande produzia apenas 20% do hortifrutigranjeiro que consumia. Nos anos de 1990, a Feira Livre Central sofria mudanças assim como a própria cidade de Campo Grande. A preocupação girava em torno de preservá-la e transformá-la em patrimônio. A feira deixa de ser vista como um problema urbano e passa a ser considerada como uma oportunidade de negócio e de representação da imagem da cidade. Passa de um local de comércio e abastecimento e ganha o status de patrimônio cultural e espaço de turismo.

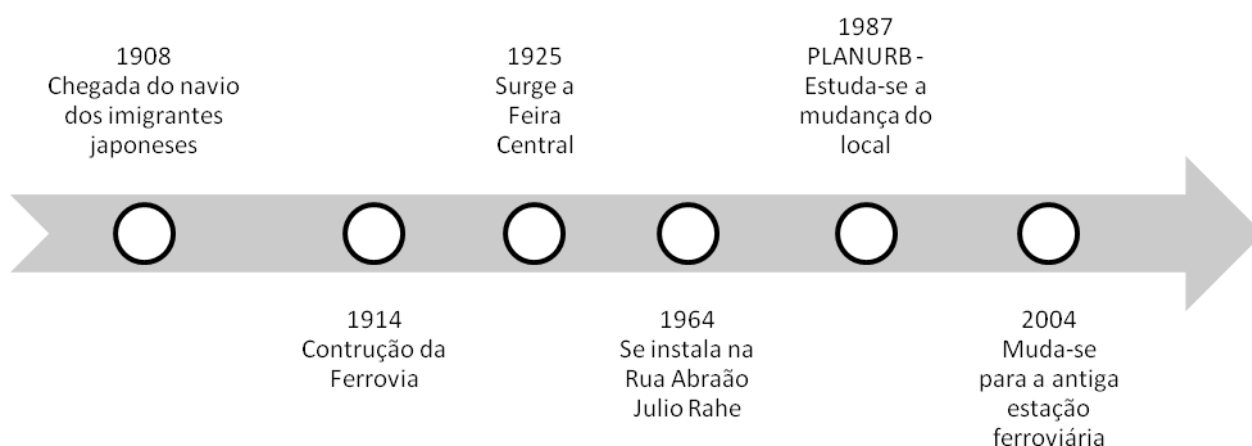
Figura 02: Feira Central em 1987.



Fonte: Calado (2010)

A mudança de local da Feira Central era cogitada desde 1987 quando o então prefeito da cidade Juvêncio César da Fonseca pediu ao Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB) que realizasse um estudo com o intuito de arrumar um lugar fixo para a Feira. Em 2002, a Rede Ferroviária Sociedade Anônima (RFFSA) repassa para o município de Campo Grande a área referente à antiga Esplanada da Noroeste do Brasil. Ressalta-se que esta ferrovia foi construída pelos imigrantes japoneses que vieram para a cidade em 1914, ou seja, há uma ligação cultural do local com os japoneses que compõe a Feira Central (ARRUDA, 2003).

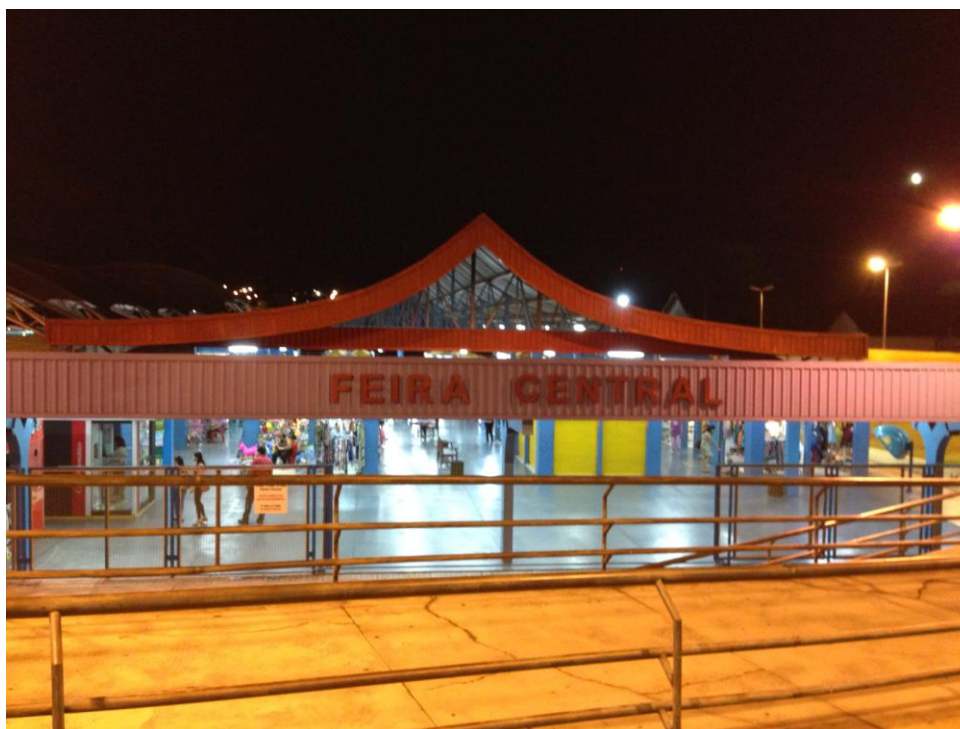
Figura 03: Linha do tempo da Feira Central de Campo Grande.



Fonte: Elaborada pela autora.

A Feira Central de Campo Grande ganha um novo endereço em dezembro de 2004, mudando-se para a esplanada da antiga estação ferroviária na Rua 14 de julho, número 3.351. Possuindo 13 mil m² que dentre esses 8,5 mil m² são cobertos, com 351 barracas que oferecem alimentos prontos para serem consumidos, hortifrutigranjeiros e ainda produtos de armarinho, artesanato e itens importados. A prefeitura municipal e os feirantes tiveram que agir de forma conjunta para que a transferência de local fosse possível. O novo espaço conta com uma estrutura sanitária melhorada, água e esgoto encanados além de uma melhor iluminação e circulação. (LIMA et al., 2008).

Figura 04: Entrada da Feira Central na Rua 14 de julho.



Fonte: Arquivo pessoal.

Sobre a mudança da Feira de local os entrevistados relataram seus pontos de vista sobre como se deu este processo, dentre os seis entrevistados apenas dois eram a favor da mudança.

E (1): eu era um dos que era contra porque eu tinha uma visão errada, porque enquanto eu não conseguia visualizar, na verdade, aquilo que seria [...] foi uma transição não muito tranquila porque tinha uma parte do grupo que não era a favor, porque queria ficar na feira antiga porque sabia que ia pagar um custo alto e outra parte que era a favor da mudança [...] sofremos bastante, muita gente teve que vender a barraca, não só de sobá, mas de verdura de outras coisas [...] mas assim pra muitos naquela época, porque acho que metade queria e metade não queria, foi algo que foi tirado, arrancado de direito, foi imposto, quando é uma coisa meio imposta é aquela coisa meio desagradável, mas depois todo mundo teve que se acalmar porque não teve como né e aí o que aconteceu aqueles que se comprometeram, se adequaram, se prepararam, conseguiram se manter, mas aquele que não, tiveram que procurar outro meio de trabalho [...] a gente sofreu no começo (da mudança), mas tivemos que adequar, aqueles que não conseguiram tiveram que sair, infelizmente, mas isso é questão de gestão pessoal, todo mundo precisava se capacitar, foi dado os cursos, mas nem todo mundo deu a devida importância.

E (2): Nós tínhamos um grupo de 50% que queria mudar né e os outros 50 não queria, eu sempre fiz parte do grupo que queria mudar, nós somos uns dos idealizadores dessa mudança [...] a mudança, ela foi assim, ela foi

traumática porque a metade não queria mudar, pra falar a verdade mais da metade, pra gente convencer esse povo foi difícil.

E (3): Eu fui contra a mudança porque lá que era a feira, agora não da pra falar né porque agora já começou, o pessoal começou a acostumar.

E (4): Eu acreditava que ia ser bem melhor, como ficou bem melhor, antigamente era de lona lá né, de oito anos pra cá a feira ta mais estruturada né, facilitou, melhorou sobremaneira, de lá pra cá sobremaneira, de 8 anos pra cá sobremaneira.

E (5): Olha... de início eu tinha medo. Porque a gente não sabe... quantos anos lá, nasci lá praticamente. A gente tinha medo. Só que em compensação era um novo horizonte né, no final acabei sendo a favor e... gostando da ideia. Porque a gente ia ter lugar fixo, não ia ter que ficar colocando lona, tirando lona, ia tá protegido da chuva, entendeu. Então essas coisas fizeram a gente entender que o progresso tava aí né. E não tinha como dizer não pro progresso.

E (6): Ah, no começo a gente foi meio contra né, tipo assim, pra quem viveu 30 anos lá era complicado uma mudança né (...) Toda mudança faz bem né, depois a gente acabou aceitando né, viu que as mudanças iam ser pra melhor, que a gente não ia mais precisar ficar mudando e desmontando né, uma coisa mais fixa e não ia mais ter esse trabalho de carregar, descarregar, ai a gente foi amadurecendo a ideia

Estes relatos mostram que, quando começou a se cogitar a mudança, uma parte dos feirantes se sentiu insegura e se mostrou contra a saída do então endereço da feira, vê-se, também que eles demonstram um sentimento de perda. Através das entrevistas realizadas pode-se constatar que a mudança foi imposta para aqueles que não eram a favor, é ponto comum no final de suas falas um tom de conformismo, ou seja, a mudança ocorreria mesmo contra a vontade destes, logo eles começam a buscar pontos positivos, em especial a estrutura fixa que seria oferecida, como um meio de aceitar aquela transformação.

Figura 05: Feira Central em 2004



Fonte: Foto da internet, arquivo baixado em outubro de 2013.

A área que hoje é ocupada pela Feira Central era propriedade da Rede Ferroviária Sociedade Anônima. Ferrovias esta que foi construída pelos imigrantes japoneses que chegaram a capital em 1916, o local que foi construído pelos japoneses hoje é um espaço comercial comandado por eles. Foi uma grande mudança tanto para os feirantes como para a cidade como um todo. No novo local a feira ganha status de patrimônio cultural e espaço turístico (CALADO, 2009).

É necessário ressaltar que essa mudança do local da feira alterou quase que totalmente a estrutura da mesma. Quando a feira era “de rua”, era composta por barracas que eram montadas e desmontadas todas as noites. Os restaurantes também eram em barracas como estas, não havia muito cuidado com a higiene na preparação dos alimentos, já que estes eram preparados literalmente no meio da rua, o espaço não possuía banheiros. No novo local a feira ganhou acomodações fixas, as barracas não são mais desmontáveis e os restaurantes estão em espaços projetados para o preparo de alimentos, o que reflete na melhora da higiene do local.

A trajetória dos feirantes japoneses é um claro exemplo do processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Quando se instalaram na Rua Abraão Júlio Rahe houve a criação de um território, a desterritorialização ocorreu quando tiveram que deixar o local e com mudança para a Rua 14 de julho ocorre a reterritorialização, o território foi recriado.

Figura 06: Corredor de alimentação da Feira Central.



Fonte: Arquivo pessoal

A Feira Central de Campo Grande empregava no ano de 2010, cerca de 1.180 funcionários com vínculo empregatício, distribuídos em 198 lojas, 120 quiosques e 28 restaurantes, segundo nomenclatura utilizada, e dados fornecidos pela Associação da Feira Central e Turística de Campo Grande (AFECETUR). De acordo com dados da Prefeitura Municipal da cidade, os feirantes foram estimulados a regulamentar suas atividades dentro do espaço da Feira Central, mediante o acesso facilitado. Tal medida possibilitou a abertura de alvarás, em um total de 346 constituídos. Ao sair do seu antigo lugar onde se encontrava e ser transferida para um novo espaço isso fez com que se criasse um novo território (SILVA, MERCANTE & SILVA, 2012). Salienta-se que a mudança não traz apenas consequências físicas, as pessoas são afetadas de forma direta. Há uma mudança na identidade territorial.

Sobre a mudança de local da feira os entrevistados ainda relatam:

E (1): Quem vai na feira vê com outros olhos, hoje as pessoas vão de uma forma diferente pra feira, antigamente assim... estacionava-se o carro dentro da feira até, hoje já não tem aquela característica, tem que pagar estacionamento, tudo isso teve um peso bom e ruim, teve gente que não aceitou e teve clientes que aceitou e trouxe mais clientes.

E (2): nós ganhamos assim uma modernidade né. Que também a cidade cresceu, a gente não tinha estacionamento, a gente não tinha banheiro, a gente não tinha estrutura pra nada lá, então aquilo era rua, era feira de rua mesmo, era feira pra funcionar 12 horas, 10 horas, 12 horas no máximo né. Então hoje não, pelo contrário, a feira funciona de segunda a segunda se quiser, é totalmente diferente. A estrutura é bem melhor, eu acho também que o consumidor procura coisa boa né. E mais espaço, você vê, lá não caberia mil pessoas, hoje nós temos 3.200 lugares aqui, mas nós podemos colocar 5 mil. A gente tem aquela saudade né, tem um saudosismo ainda né.

E (4): Eu acho que a imagem, o pessoal tá vendo de é, de um jeito melhor né, ou seja, do mesmo jeito a tradição, mas vindo pra cá melhorou bastante, aqui é melhor acredito. Lá era barraca de lona, seja de verdura, de sobá, espeto, aqui tá tudo estruturado né tá tudo igual a um restaurante mesmo, espaço físico definido. Acho que melhorou, acho que não perdeu aquela identidade e até melhorou.

E (5): Que eu penso assim, se tivesse lá hoje em dia a gente taria meio que esmagado entendeu? Porque a cidade foi crescendo, ia acabar meio que esmagando a gente. A gente ia meio que atrapalhar os que queriam crescer ao nosso redor né, e ao mesmo tempo nós íamos ser pressionados, entende? Porque a cidade tá crescendo e você não tem como impedir isso. Até em questão de lugares, lá já tava apertado, as pessoas iam lá e muitas não conseguiam nem sentar pra comer. Hoje em dia aqui, dia de sábado tem uma fila. Tá cheia? Tá, mas a gente consegue atender todo mundo, entendeu? Lá já não tava mais conseguindo fazer isso. Então a infraestrutura, enfim acabou sendo o ponto referencial pra gente sair de lá, entende? Porque não dá pra você trabalhar sem infraestrutura. Não dá pra você crescer, não dá pra você atender mais gente se não tem infraestrutura.

E (6): As pessoas não aceitavam essa mudança né tanto que a população também, assim, achava assim “ah ficou muito moderno né...” pessoal gostava daquela coisa rústica, mas agora, hoje, as pessoas aceitam pela segurança pela comodidade né. A higiene também, então o pessoal aceitou muito mais.

Através das falas dos entrevistados vê-se que a identidade da feira que antes era ligada ao campo, a barracas de lona, ao “monta e desmonta”, agora esta atrelada à modernidade. A globalização e a valorização da cidade em detrimento ao campo se reflete nesta mudança de local da feira. A cidade estava se modernizando e a Feira Central teve que acompanhar este processo.

A Feira Central de Campo Grande oferta frutas, verduras, legumes; produtos eletrônicos; roupas; artesanatos, porém a parte mais importante, que ocupa a maior parte do espaço da mesma, são as barracas de comida que oferecem, especialmente, pratos oriundos da cozinha oriental, entre eles destaca-se o sobá. O Sobá é um prato típico campo-grandense, oriundo da cultura japonesa trazida pelos imigrantes que se instalaram no início do século XX na cidade. Conforme ressaltado por Costa (2010) o alimento é aspecto cultural de um povo, exercendo importante papel social, elucidando valores e rotinas sociais.

Figura 07: Monumento do sobá na Feira Central



Fonte: Arquivo pessoal.

Corroborando com este pensamento Marques (2009, s/p) afirma que:

... adaptado da culinária oriental pelos imigrantes vindos, em 1908, da província de Okinawa, arquipélago de influência chinesa, na região sul do Japão. [...] O Sobá, que é uma adaptação dos produtos locais à culinária oriental (resultado do diálogo da cultura milenar com as matérias primas do meio ambiente regional), era consumido, a princípio, apenas pelos imigrantes e fora dos olhares da clientela Gaijin, isto é, dos não-orientais. [...] Tornou-se, assim, um prato típico de Campo Grande, amplamente divulgado nos restaurantes e nas dezenas de sobarias. É a principal atração da Feira Central da cidade que anualmente promove o Festival do Sobá em parceria com a Prefeitura Municipal.

É importante ressaltar que o sobá servido em Campo Grande é visto como algo típico da cidade por ser totalmente diferente do tradicional sobá japonês. Este último é composto por

macarrão, feito não do trigo tradicional utilizado na maioria dos macarrões, mas sim de trigo sarraceno ou mouro, podendo ser servido quente ou frio. O sobá quente vem em um molho quente de soja e peixe aromatizado com alho-poró picado, há várias opções de ingredientes a sua escolha, como: fatias de alho-poró, fatias de tofu frito, tempurá de camarão, ovo cozido, frango ou batata japonesa ralada. Já o sobá frio pode ser servido somente o macarrão ou com nori, que são algas secas, ou ainda com camarão e tempurá de vegetais (BARAKAN & GREER, 1996, tradução nossa).

Figura 08: Sobá japonês, também conhecido como Ramen.



Fonte: Foto da internet baixada em novembro de 2013.

O sobá campo-grandense, por sua vez, é composto por um caldo (feito com osso de porco, shoyo, saquê, gengibre e sal), macarrão japonês, carne suína, cebolinha e omelete picado. Para agradar e se popularizar ainda mais, os comerciantes passam a oferecer também o sobá com carne de frango ou bovina, uma vez que muitas pessoas não comem a carne de porco. O sobá de Campo Grande se tornou através do decreto municipal nº 9.685 de 18 de julho de 2006, o primeiro bem imaterial do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade (CULTURA NIKKEY, 2012). No mesmo ano, o prato sobá ganhou um festival dedicado a ele. No Festival do sobá do ano de 2012, o prato ganhou novas versões, a que mais agradou a população foi o sobá vegetariano (CORREIO DO ESTADO, 2012). Este ano, 2014, será realizado a nona edição do festival.

Figura 09: Sobá de Campo Grande



Fonte: Arquivo Pessoal

A seguir apresentam-se relatos dos entrevistados sobre o sobá de Campo Grande:

E (1): o de Okinawa na verdade a massa é diferente, mas assim, quem foi em Okinawa fala que é muito parecido o sabor, mas o de Tóquio não, eles falam que é lámén, outros falam que é udon, mas porque o sobá? Porque veio da ilha de Okinawa, pra nós okinawanos é sobá.

E (2): Porque isso aqui é um produto da terra, de Campo Grande, é o único produto de Campo Grande que você pode falar daqui que é o nosso é o sobá mesmo né.

E (3): o meu marido, ele, o pioneiro do sobá foi o pai dele, ele que começou vendendo sobá na feira.

E (4): Já morei lá [no Japão], comia udon, lámén essas coisas, bem diferente, não tem nem comparação, aqui é bem melhor.

E (5): [...] o pessoal vem pro turismo e quer conhecer o sobá. Porque é muito falado lá fora o sobá né. E os daqui de dentro é a tradição, certeza.

E (6): [...] tanto é que o sobá virou patrimônio histórico da cidade. Muita gente fala assim “mas porque só aqui que tem o sobá?” Mas eu falo é porque originou aqui né, é diferente.

O sobá de Campo Grande é visto pelos entrevistados como um produto bem único e pertencente à cidade, o sentimento de orgulho é expresso em seus discursos, orgulho de vender o prato e também de fazer parte da história do mesmo. Até mesmo para aqueles que já experimentaram a versão japonesa do prato se dizem gostar mais da iguaria campo-grandense.

No ano de 2011, o então prefeito Nelson Trad Filho, lançou o projeto “Franquia do Sobá de Campo Grande”, a ideia veio de cinco proprietários de restaurantes da Feira Central e conta com a colaboração do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-MS), da Associação Brasileira de Franchising e da Incubadora Municipal de Alimentos Norman Edward Hanson. O projeto tem como objetivo principal a valorização do prato (SOBÁ DE CAMPO GRANDE, 2011). O entrevistado E (1) é um dos proprietários da franquia e o mesmo a descreveu da seguinte forma:

E (1): tivemos a oportunidade de há dois atrás de participar de um convenio com a ABF, Associação Brasileira de Franchising, as prefeituras municipais de todo o Brasil, das capitais e o SEBRAE nacional, eram 26 empresas e o sobá foi uma das escolhidas, porque só podia duas das 26 empresas a ser franquia [...] dois anos atrás a gente foi apresentado dentro da feira de franchising, e hoje a gente já tem um ano com a loja no Comper da Brilhante e a nova vai ser dentro do shopping novo, Bosque dos Ipês, então isso é uma vitória [...] pra levar pra fora né, o macarrão, o sobá de Campo Grande e o nosso cardápio né, mandioca frita, pacu, a tilápia, pra que as pessoas possam também entender que nosso cardápio é bom, e ele é muito competitivo também.

Para título de informação, a loja do “Sobá de Campo Grande” já está aberta e em funcionamento no shopping.

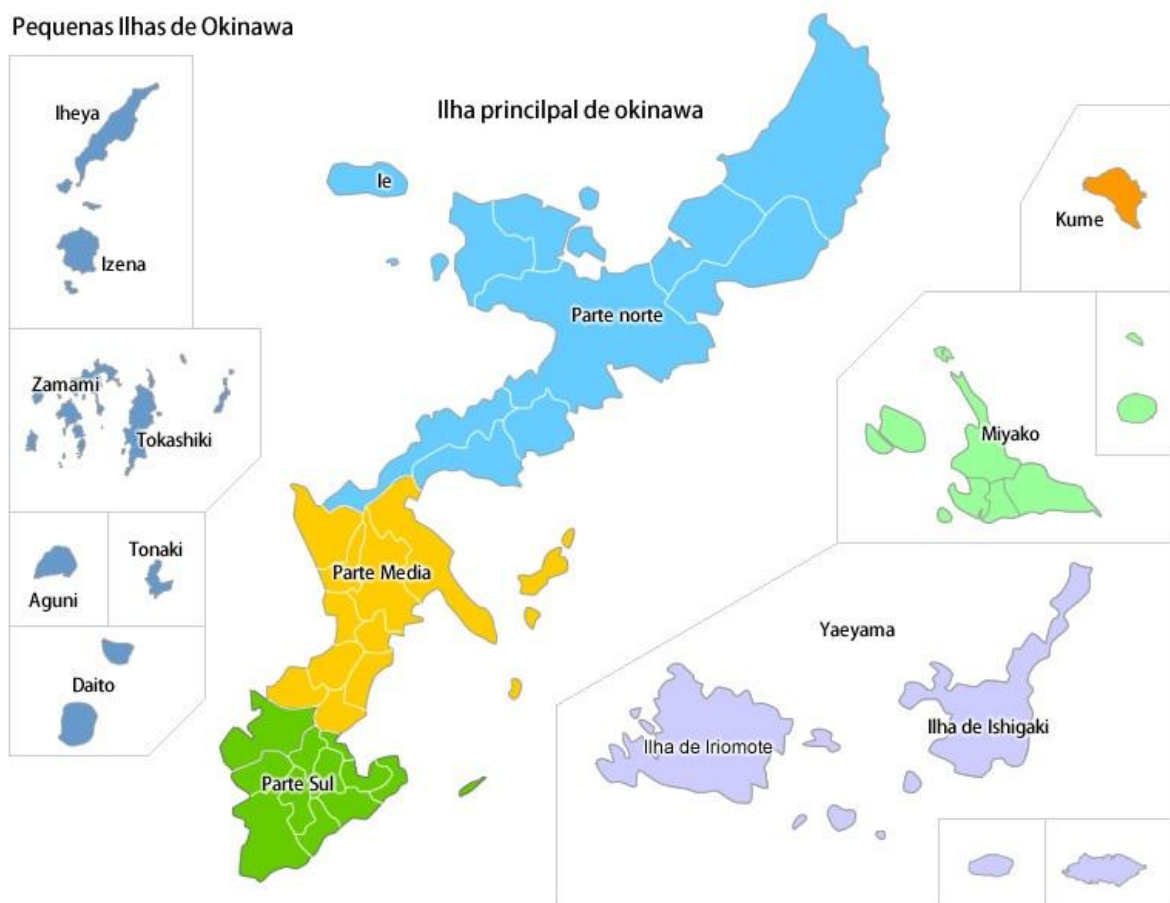
4.2 A IMIGRAÇÃO JAPONESA: SUA TERRITORIALIDADE E IMPORTÂNCIA CULTURAL

Os imigrantes japoneses chegaram ao Brasil em 1908, a bordo do navio *Kasato-Maru* e a cidade de Campo Grande/MS foi um dos seus principais destinos, como um meio de fugir das condições em que se encontrava o seu país de origem. Porém, ressalta-se que inicialmente está imigração ocorreu de forma secundária já que os mesmos se dirigiam primeiramente ao

estado de São Paulo. Num segundo momento essa imigração ocorreu de forma direta, com os imigrantes desembarcando no então estado de Mato Grosso, na parte do estado que a partir de 1977 se tornaria Mato Grosso do Sul.

Handa (1987) afirma que em meados de 1920 dentre as 50 famílias de imigrantes que se encontravam em Campo Grande, 49 eram de origem Okinawa. Com o decorrer dos anos a porcentagem de imigrantes não-okinawanos foi aumentando, porém até hoje o número de okinawanos é maior entre os imigrantes japoneses. A presença e influência dos imigrantes japoneses foram de vital importância para a construção da cidade de Campo Grande (KUBOTA, 2008).

Figura 10: Mapa de Okinawa



Fonte: Fundação Escritório de convenções do Turismo de Okinawa (2013)

A principal atividade a qual os japoneses se dedicavam era a plantação de verduras e legumes nas fazendas onde trabalhavam. Assim como foi relatado por H. S.; H. K. e S. G, imigrantes japoneses que viviam em Campo Grande na época. Segue um dos relatos: “Aí a gente começou a trabalhar com verdura. Fazer plantação de verdura. Eu vendia com carroça. [...] Aí comecei a vender verdura. Plantar e vender na feira. Três horas da madrugada eu sozinha, deixava filhos marido, e eu ia para feira” (KUBOTA, 2008). Calado (2011) registrou o relato de M. I. de 65 anos de idade e 43 anos de feirante: “aqui pra mim é ruim, eu tirava quatro mil (R\$ 4.000,00) numa Feira, agora faço mil (R\$ 1.000,000), considerando como ‘uma Feira’ o tempo de uma semana de trabalho, ou seja, quarta-feira e sábado.”

Figura 11: Foto da inauguração da Estação Ferroviária de Campo Grande, 1914.



Fonte: Calado, 2010.

Cabral (1999) expõe que os imigrantes vieram das lavouras de café de São Paulo para, num primeiro momento, trabalhar na construção da ferrovia. Com o término da construção os japoneses, usando o aprendizado de seu país natal, se dedicaram a produção de hortaliças dando origem ao “cinturão verde” nas adjacências de Campo Grande. Esses imigrantes foram responsáveis pela criação de colônias agrícolas, como a do município de Terenos. Esta parte da história dos descendentes japoneses é afirmada pelos entrevistados:

E (1): os meus avós vieram do Japão pra São Paulo, Campo Grande primeiro trabalharam na estrada né, trazendo a ferrovia pra Campo Grande, depois com chácara [...] eu também vejo como em gratidão com aqueles antepassados que vieram e pagaram o preço pra gente tá aqui hoje, porque hoje se você tem estudo, se você tem condição melhor pra cuidar seus filhos, pra tocar seu negócio é porque seus avós pagaram um preço. Eles (avós do entrevistado) vieram do Japão, vieram trabalhar na rede ferroviária e depois compraram a chácara, aí eles tocaram a chácara, uns 30 anos atrás, pararam de fazer o comércio há uns 35 anos atrás, de hortifruti [...] tinha chácara na Taveirópolis ali, chácara de hortifruti, produziram bastante tempo foi uma geração, a geração toda do meu pai, eles sobreviveram na verdade da chácara.

E (2): meu avó veio do Japão e adquiriu umas terras, foi plantando, foi plantando, aqui em Campo Grande.

E (4): Meus avós vieram e já foram pra lavoura, café.

E (5): Na verdade meu avô veio para trabalhar na ferrovia né. Só que aí depois ele partiu para a agricultura.

Vê-se que produzir hortaliças foi a escolha dos imigrantes que chegaram a Campo Grande, uma das explicações para essa escolha segundo Faulin (2004) é que não se precisa de uma grande extensão de terra para esse tipo de produção, tão pouco de muita tecnologia, logo é uma das opções mais viáveis para pequenos produtores, em especial os que fazem parte da agricultura familiar como é o caso dos imigrantes japoneses

E (2): O meu pai é filho de produtor né, eles eram hortigranjeiros [...] eles (seus sogros) eram feirantes, eles vendiam banana. [...] meu vô plantava, os filhos ajudavam e minha vó vendia no mercadão na época, ela chegou a vender em algumas feiras no bairro né.

E (3): Trabalhavam com verdura, vendiam verdura na feira, tinham chácara, meus avós não vieram pro Brasil, veio meu pai, de Okinawa. A gente dormia tudo embaixo da barraca né, porque morava na chácara.

E (4): Meus avós vieram pra Campo Grande, meus pais já nasceram aqui e a gente também nasceu aqui. Meus pais sempre trabalharam em comércio, no começo ajudava meus avós na lavoura e depois começaram a tocar comércio né, e a gente foi ajudando.

E (5): Meus avós tinham chácara... Plantavam e vendiam verduras. Na verdade meu avô veio para trabalhar na ferrovia né. Só que aí depois ele partiu para a agricultura.

E (6): na época assim eles [avós do entrevistado] faziam criação de porcos né, depois não podia mais e tal, e até que surgiu a feira e eles foram pra feira. Meu vô veio de lá do Japão, Okinawa.

Nos relatos de E (2) e E (3) vemos que o trabalho na plantação e também na venda dos produtos hortícolas envolvia toda a família. Uma das particularidades que caracterizam a agricultura familiar, como foi exposto por Wanderley (1996), é o trabalho em família, que

envolve todos os seus membros, que são responsáveis por toda a produção, e neste caso também pela venda, dos produtos.

E (1): meus pais ajudavam, mas aí depois cada um começou, eram 10 irmãos, então cada um começou a ter a sua vida profissional e foi saindo [...] Quando eu nasci já meu pai começou a sair porque aí né, eram muitos filhos na verdade né, aí cada um já teve que ir procurar um serviço, tanto é que os meus tios nenhum deles na verdade ficou com a chácara. Ela depois acabou na verdade, cada um teve que procurar o seu caminho né, e meu pai foi pro caminho do comércio.

E (3): Meu pai não quis [que os filhos trabalhassem na chácara], ele falava “você vão estudar, trabalhar na feira não”.

E (5): [...] os filhos foram crescendo e os filhos não quiseram mexer com isso né. Aí acabou que partindo pra alguma coisa. [...] Acho que um das coisas foi a questão da vinda pra cidade mesmo né. Meus avós saíram da chácara, no caso dos meus avós, foram pra Presidente Prudente abriram um hotel lá, aí voltaram pra cá, aí já voltaram pra cidade. Então quer dizer que largaram a agricultura né. E o que eu vejo também muita gente questão disso mesmo, mais urbanização mesmo.

E (6): Acho que pela dificuldade né, de mexer com chácara né, eu vejo assim que as pessoas é... plantação é difícil, chove tem aquele problema né. Não é fácil, os jovens começam a ter essa visão de que “ah plantar verdura é bom?” É bom, mas só que assim se perde muito né e acho que por isso que os jovens começam a ter uma outra visão de outro mercado, não querem ficar no rural.

Nos discursos acima, os entrevistados falam da dificuldade de trabalhar no campo e da necessidade de ir para a cidade em busca de emprego. Só a venda de produtos hortícolas já não era suficiente para suprir as necessidades da família. Isso fez com que membros da família migrassem para a área urbana em busca de trabalho, exatamente como foi discorrido por Abramovay (1999), que enfatiza que a maior parcela dessa migração urbana é composta por jovens.

E (1): naquela época já tavam tendo dificuldades, na Abraão Júlio Rahe já tinham dificuldades, então que aconteceu: muitos chacareiros migraram pro Japão porque era uma opção mais fácil [...] porque na época não tinha sacolão, aí foi uma febre de sacolão, eu lembro bem que meu pai sofreu bastante porque o mercado era referência, a feira central era uma referência de verdura também e aquilo foi começando como se fosse uma febre né, que verdura dava muito dinheiro e tal

E (2): Porque já tava ficando muito ruim da compra e venda de banana em feira, porque é só banana né, há mais de 20 anos, e o que acontece tava ficando ruim porque ele tinha que ter mais produtos e ele não queria ampliar.

E (3): ele [pai do entrevistado] vendeu [verdura] faz tempo quando eu comecei a vender sobá ela já tinha vendido a chácara, já tava morando na cidade trabalhava com mercearia.

E (4): Penso que pela mão de obra que dava na chácara né, quem tratava né, verdura, legume, dá muito trabalho e o lucro foi reduzindo por causa do intermediário e a concorrência né ai acho que resolveu ir atrás de uma oportunidade melhor.

A dificuldade em vender os produtos fez com que uma grande parte dos chamados verdureiros parasse de plantar, como visto acima, a atividade passou a ser menos lucrativa e o principal responsável apontado foram o sacolão e o supermercado, que começou a vender hortaliças apenas como um chamariz, mas acabou mudando o comportamento do consumidor (FAULIN & AZEVEDO, 2003). Com as redes de supermercados aumentando a oferta de frutas, legumes e verduras (FLV) ficou quase que impossível para os verdureiros competirem, eles foram perdendo espaço (LOURENZANI, 2006).

Apesar da diminuição do número de feirante que vendem frutas, verduras e legumes, alguns ainda permanecem com a atividade, como expresso no relato abaixo.

E (5): Feira foi ficando né. Alguns ficaram na agricultura outros saíram, têm parentes meus que tão na agricultura desde aquela época até hoje. Tem chácara, plantam, inclusive é aqui perto da cidade. E vende aqui na feira

Esses verdureiros realizavam suas vendas especialmente nas feiras livres, estas eram vistas como canais de comercialização da horticultura (CÓCARO, 2012). A agricultura familiar era fortalecida pela feira livre, isto porque nela a venda era direta beneficiando os produtores que tinham um maior ganho realizando esse tipo de venda (RIBEIRO, 2003). Logo vemos que o circuito inferior é substituído pelo circuito superior (SATO, 2007), a feira livre deixa de ser o canal de comercialização e este posto é ocupado pelos supermercados.

E (1): Começaram a abrir sacolão, então isso ai caiu bastante também o número de clientes da feira e de produtores também. Porque hoje se você for ver a Feira Central tem uma meia dúzia de pessoas que produzem realmente o resto vem tudo de São Paulo, eles só pegam do CEASA e trás pra cá.

E (2): Aí foi chegando grandes empreendimentos, porque naquela época é a época do sacolão né, os sacolão começaram a chega, chega, chega e vender barato, aí todas as conveniências começaram a ter né, supermercado começaram a ter, aí eles foram obrigados a largar mesmo.

Nas falas dos entrevistados constata-se como os sacolões e os supermercados tomaram o lugar das feiras livres. O produtor que anteriormente vendia seus produtos na feira passa agora a ser um intermediário, entre a produção e a venda. Não podemos afirmar qual foi o

fator, ou os fatores, que incentivaram essa mudança, porém é muito provável que a motivação principal seja de cunho econômico, o relato a seguir confirma ainda mais esta suspeita.

E (2): já não tavam querendo mais vender, tavam querendo ir pro bairro que a feira tava muito competitiva já, então era competição com o supermercado, era competição pra chegar cedo pra montagem, pra sai cedo, volta cedo e eles não podiam cumprir aquele horário, eles não podiam chegar 16h da tarde e sair meia noite 1 hora da manhã, eram produtores também, a maioria era produtor então ele tinha que chegar 16h e 22h tinha que sair, mas não podia sair 22h porque tinha gente comendo, essas coisas, tinha que sair meia noite então ficou inviável. As condições foram dando inviabilidade pra eles. Primeiro né que eles queriam fazer bairro também, todo dia eles fazem, tem feirante que todo dia faz a feira vendendo produto que a feira é de 2 a 3 horas em bairro, 2, 3 horas vende tudo, aqui tem que ficar 4, 6 horas, então a inviabilidade do tempo foi uma das causas também.

Com a mudança dos horários de funcionamento da Feira Central, ficou ainda mais difícil para os verdureiros continuarem suas vendas. O aumento do tempo em que a feira funcionava fez com que alguns abandonassem a venda na Feira Central e continuassem apenas nas feiras menores localizadas nos bairros.

E (1): pela dificuldade eu acho [que acabou a chácara], porque todos eles vivenciaram aqui e não quiseram aquilo pra vida deles [...] eles viram que era uma vida de muito sacrifício porque hoje você vê hortifruti principalmente hortaliças né, tem muito altos e baixos, não tem férias também, toda segunda é como se fosse domingo, todo domingo como se fosse um sábado, então é todo dia marcando presença, então isso acho que fez com que cada um fosse procurar um outro caminho.

E (2): Nós temos hoje, pra falar a verdade, um, dois, deve ter uns cinco pontos de verdura [...] a gente aprendeu assim na época, essa frente todinha era verdura. Aí a prefeitura não aceitava na época você transferir esse ponto a não ser pra verdura. Era de ponta a ponta, era dos dois lados (barraca de verdura) você não podia comprar, as pessoas podiam trocar com um outro vendedor de verdura, sempre foi assim, saía um entrava outro.

A antiga Feira Central era constituída, na sua maioria, de barraca de verduras, a venda dos produtos hortícolas foi o que deu início a realização da feira em Campo Grande, porém com o tempo a verdura foi perdendo seu espaço na feira. Isso pode ser visto no novo local em que ela se encontra, o número de barracas que vendem verduras é bem menor, como afirmado pelos entrevistados.

Figura 12: Barraca de Verdura na Feira Central



Fonte: Arquivo pessoal

4.3 A FEIRA CENTRAL COMO TERRITÓRIO CULTURAL E GASTRONÔMICO

As feiras livres detinham o papel principal em relação à distribuição de frutas, verduras e legumes, porém elas foram perdendo espaço devido ao aumento do número de redes de varejo, de grande e médio porte, tanto nacionais como internacionais. O interesse dessas redes em distribuir os itens da horticultura tem aumentado no decorrer dos anos, alguns dos fatores são: a venda de FLV aumenta a frequência de idas às lojas, atrai novos clientes e ainda tem se mostrado mais rentável. Vê-se que cada vez mais o varejo aumenta sua oferta de frutas, verduras e legumes, e ainda dedica mais atenção a estes produtos, o que antes eram apenas mais um item na prateleira agora é usado como um meio de atrair os consumidores. Isso fica claro com a mudança da localização dentro da loja da FLV e dias de promoções dedicadas exclusivamente a elas (LOURENZANI, 2006). Contudo, a feira livre foi o

primeiro, e principal, canal de distribuição das hortaliças e demais produtos excedentes produzidos pela agricultura familiar.

Figura 13: Barraca gastronômica na Feira Central em 1990.



Fonte: Roberto Higa

A parte gastronômica da Feira Central de Campo Grande foi ganhando espaço no decorrer dos anos, o surgimento dos sacolões e supermercados fizeram com que a venda de frutas, verduras e legumes na feira sofresse uma queda e muitos abandonaram este comércio. Esta mudança teve início ainda quando a feira se localizava na Rua Abraão Julio Rahe, como relatado pelo entrevistado:

E (2): a partir da hora que a prefeitura autorizou a sobaria, que é nós aqui, que era menor só na calçada, ampliar pro asfalto, porque nós ficávamos na calçada, aí nós ampliamos pro asfalto, igual ta aqui, eu to nesse espaço e eu posso ampliar lá, automaticamente eu vou comprar, aí mata o pessoal da frente. Então foi o que aconteceu lá, é vende mais dinheiro a alimentação [...] a partir da hora que ela começou a aceitar o que, que, acontece os pontos valorizaram, por exemplo, você vem comprar um ponto pra verdura “ah é 10 mil, 20 mil reais” se você vende pra uma sobaria ampliar na época lá na rua, lá na feira você podia ampliar, coloca mesa e cadeira, então o cara pagava 40, 50 mil, então esse é o motivo dos caras venderem também.

No discurso acima fica evidente o declínio da venda de verdura e a ascensão do sobá. Os verdureiros, como eram chamados, já não vendiam tanto quanto antes, assim quando a prefeitura autoriza os mesmos a vender o seu “ponto” para os proprietários das sobarias eles veem ali uma oportunidade e acabam vendendo.

E (1): Mas muitos migraram da verdura para o sobá, muitos do que eu conheci.

E (2): Eles [sogros do entrevistado] eram feirantes, eles vendiam banana né ai surgiu a oportunidade eles compraram a barraca de alimentação, seria sobá né.

E (3): Porque naquela época era o que tava dando dinheiro né, mexer com comida né (risos), foi pela parte econômica mesmo.

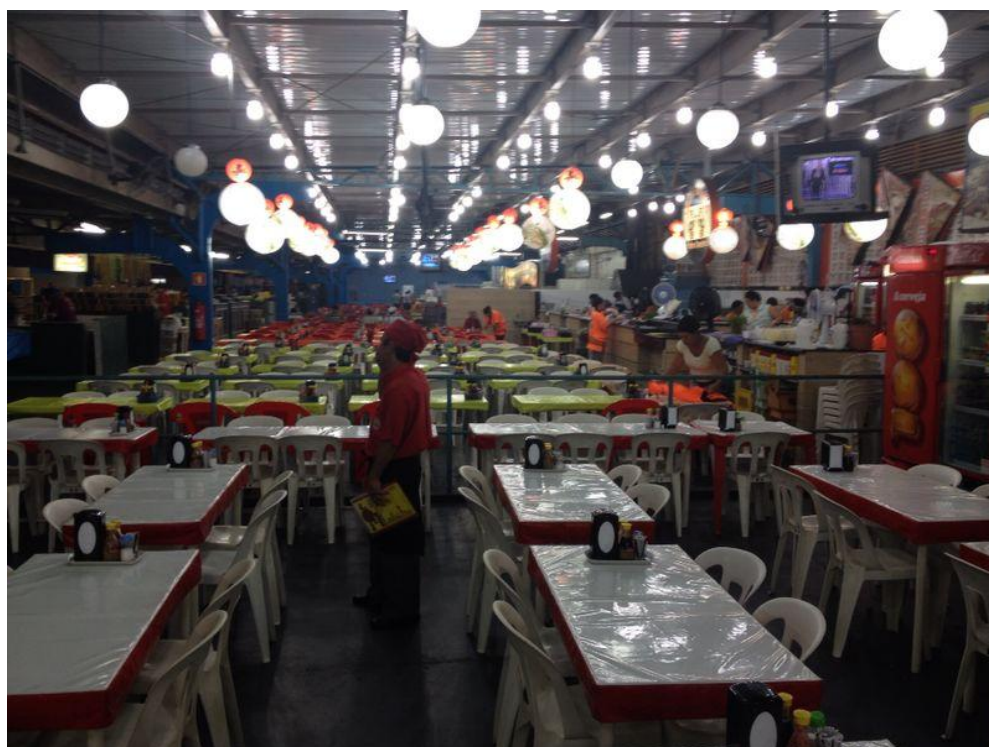
E (4): pessoal que plantava legume, verdura né, e depois passou pra esse ramo do sobá, restaurante né.

E (5): Tem um colega meu que vendia banana e hoje tem barraca de sobá. Tem uns primos meus que os pais até hoje vendem verdura e eles vendem sobá.

E (6): Ali na barraca da A., os pais deles vendiam verdura e depois que eles vieram pra barraca de sobá.

Com base nas falas dos entrevistados nota-se que a mudança da venda de frutas, verduras e legumes para a comida, em especial o sobá, teve a parte econômica como ponto preponderante. A venda de verduras já não estava fácil, o sobá começou a se destacar e cair no gosto dos campo-grandenses contribuiu para esta mudança.

Figura 14: Barracas gastronômicas na Feira Central.



Fonte: Arquivo pessoal.

O sobá, originário da Ilha de Okinawa no Japão, encontrou em Campo Grande um espaço novo e acabou se tornando patrimônio cultural da cidade. A alimentação e a cultura estão totalmente interligadas, a cultura de um povo vai determinar o que se come, como se como e porque se como (MESELMAN, 2008).

E (1): Ele [sobá] veio da Ilha de Okinawa pra cá, pra Campo Grande, e aqui ele formou uma imagem muito boa porque ele sustentou família, deu uma cara diferente pra culinária sul-mato-grossense. Tudo isso ai é de grande importância pra história.

E (2): Se vê que a linguiça de Maracajú, linguiça de Maracajú! Aí cê vai em São Gabriel do Oeste, porco no rolete. Então nós criamos uma coisa totalmente diferente e não existe no Brasil inteiro esse sobá.

E (3): O sobá que atrai, é o carro-chefe aqui da feira, vem também [pela verdura], mas acho que é mais o pessoal vem comer sobá, espetinho aqui na feira.

E (4): Sobá aqui em Campo Grande é um prato, é o único lugar no Brasil que faz um sobá diferenciado, nem na capital de São Paulo nem no Paraná, no interior de São Paulo não faz um sobá como aqui.

E (5): Ah, verdura tem no país inteiro, sobá só tem aqui.

Mais uma vez vê-se como o sobá é importante e único aos olhos dos entrevistados, constata-se, também, que eles acreditam que é principalmente o sobá que atrai pessoas, tanto da cidade como de fora dela, para a feira. O sobá é visto como parte da identidade cultural da cidade, como afirma Maciel (2005) certos componentes podem vir a tornar-se um marco identitário, podem ser tratados como um símbolo adotado por determinada cultura.

Não só o prato sobá faz parte da cultura campo-grandense, mas também a Feira Central como um todo, ela é considerada um patrimônio cultural e turístico da cidade.

E (1): Com certeza, eu creio que até a prefeitura em todos seus eventos, tudo, quando ela coloca folders em aeroportos sempre menciona a Feira, isso aí pra nós representa com muito orgulho [...] então isso nos honra muito quando a prefeitura nos coloca como referência turística.

E (2): A gente, a gente tava até comentando, lá (no antigo local) antigamente já era uma cultura né e aqui já virou assim uma cultura. É... como obrigatoriedade né, até o poder público hoje ele fez questão que a gente torna-se bem imaterial né [...] é um ponto turístico né, hoje a Feira Central tem uma localização muito boa [...] a gente vê muita gente de fora, a gente vê primeiro aquele turista do interior, que vem muito, e a gente vê muito turista que vem também de outros estados que geralmente vem mais aqui é o pessoal do interior de São Paulo, Santa Catarina tem vindo muito, pessoal do sul, do Rio Grande. A gente tem visto muito chegada de cuiabano também.

E (3): Ah, faz parte da cultura de Campo Grande.

E (4): Uma cidade com bastante descendentes japoneses né [...] acredito que até hoje ta interligado né, o pessoal fala feira liga a cultura de Campo

Grande. Vem muito turista, aqui é um ponto turístico, vem gente do interior de São Paulo, da capital de São Paulo, de outros estados, vem passear, vai no Pantanal vem pra cá, passa aqui atrás de sobá né.

E (5): Ah... é a tradição! Que o pessoal vem de fora quer conhecer a feira porque já tem essa coisa diferente né. Turismo né.

Constata-se que os entrevistados consideram a Feira Central como ponto importante da cultura de Campo Grande, eles a veem como um ponto turístico e relatam sobre a grande quantidade de pessoas de outros estados que visitam a feira. Nas falas de E (1) e E (2) chama a atenção como eles consideram importante o apoio da esfera pública, do governo, para os mesmos este apoio mostra a importância da Feira Central perante a sociedade. Todavia os discursos dos descendentes também expressam um sentimento de perda de cultura de “feira livre”, como pode ser visto nos relatos a baixo.

E (1): Essa identidade de feira né, acho que hoje ela já não existe mais, ela é mencionada como Feira Central, mas na verdade é um polo empresarial. O que acontece, desde a parte da estruturação dela já é diferente, não é como antes na feira, então a característica dela teve que se profissionalizar também, as pessoas também [...] Então é muito importante que se ressalte, daquilo que a gente era, daquilo que a gente é hoje não tem mais nada a ver, tanto como estrutura, como feira, tanto como a cabeça do próprio empresário, que

E (2): [...] ela perdeu sim [identidade], a gente sente saudade, a gente sabe que aquele monta e desmonta, aquela parte robusta a gente perdeu sim.

E (3): Eu acho que perdeu a identidade de feira [...] tem muita gente que era freguês lá que não vem pra cá.

E (5): Olha, tem alguns clientes que falam que achava melhor lá. Mesmo com água embaixo do pé, com não sei o que, entendeu?

E (6): Até os próprios clientes falaram “ah vocês vão mudar, não vai ter mais característica de feira” e a gente sabia que realmente ia perder essa característica de feira que todo mundo vê, que feira é com lona né, aquela coisa rústica né.

Nesta mudança de identidade é evidente, tanto na feira como nos atores que pertencem a ela. Os descentes antes vistos como “feirantes” agora se autodenominam empresários. Eles saem da informalidade, perdem as características de feira livre e migram para o que o autor Milton Santos chama de circuito superior.

E (1): porque são todos empresários, até os importados hoje tiveram que fazer o cadastro do Simples ou MEI [...] hoje eu posso falar que somos empresários. Aqueles que não se adequaram não conseguem mais tocar o negócio porque hoje você tem que registrar o funcionário, tem que fazer um curso de manipulação.

E (2): Quando você chega você é feirante, aí você chega pra ser um empresário empreendedor, a coisa muda, é diferente. Você tinha um funcionário, hoje você tem dez, tem 10 a 20 funcionários né, tudo registrado.

E (5): Porque precisa ter muitos funcionários, os funcionários são registrados. Nós tivemos que abrir empresa, pagamos impostos. No começo não foi fácil, foi difícil, até você se adaptar, pagar uma conta que não ta acostumado a pagar. [...] Que o crescimento é isso, é você se habilitar, e ser empresário mesmo. Pagar os impostos que tem que ser pagos faz parte disso.

Mesmo com a política adotada na época da mudança para ajudar os feirantes a se regularizarem na parte fiscal, ainda existem feirantes que não o fizeram.

E (3): Eu ainda não abri, ainda não, ainda sou daquele método antigo ainda. Enquanto não me obrigarem eu continuo naquele de lá, porque eu acho mais fácil né e tem mais lucro pra mim também né.

A parte gastronômica da Feira Central é vista como a mais importante pelos entrevistados, tanto na sua extensão como fonte atrativa da feira.

E (1): Acho que hoje eu vejo assim a culinária é muito importante lá na feira, tipo assim um produto em si né, aquilo que nós oferecemos, o conjunto da feira é muito bom também.

E (2): O conforto também né, hoje tá bem melhor que antigamente e a qualidade nos restaurantes também, os restaurantes aumentaram os pratos, nós aumentamos o número de pratos oferecidos né porque antigamente era só sobá, espetinho e dobradinha só, mais nada né. Não tinha nem yakisoba. Aí nos começamos a colocar yakisoba, a dobradinha, a rabada aí começamos a ampliar os espetos, assim foi indo né. Eu acho que 70% do que vem pra feira vem pra parte gastronômica.

E (4): [Eles vem] pra comer os pratos que tem aqui né, sobá, yakisoba, pela comida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa com fins exploratórios, por meio do estudo de caso pode-se analisar o discurso dos entrevistados e analisar a trajetória da Feira Central de Campo Grande, que por vezes até se confunde com a trajetória dos imigrantes japoneses que vivem nesta cidade. Todavia é importante frisar que não se podem generalizar os dados aqui apresentados.

A necessidade de abastecimento de alimentos á cidade fez com que a Feira Central de Campo Grande/MS surgisse desempenhando assim o papel de canal de distribuição da agricultura familiar. Feiras tem papel admirável no setor, todavia sua importância ainda é, muitas vezes, subestimada. A era da urbanização e modernização chegou até a Feira Central de Campo Grande que saiu das ruas e ganhou novo endereço na a antiga Esplanada Rodoviária, com quase 80 anos de sua fundação.

A feira perde o seu caráter informal e se torna um centro de comércio planejado, deixa de fazer parte do circuito inferior e ganha o status de patrimônio cultural e ponto turístico importante da cidade. Porém nesse novo local a horticultura perde ainda mais espaço, e consequentemente importância, para as barracas gastronômicas, sobrando poucas barracas de frutas, legumes e verduras. Assim vemos ocorrer a desterritorialização da feira seguida de uma reterritorialização da mesma. Mas esta mudança não foi apenas material, a identidade da feira também foi afetada por estas modificações como constatado no discurso da maioria dos entrevistados.

A Feira Central tem a sua trajetória totalmente interligada aos descendentes japoneses vindos da Ilha de Okinawa que aqui se instalaram, criando um novo território. Trabalhando primeiramente na construção da ferrovia, com o fim das obras dedicaram-se a produção de

hortaliças e as vendiam na feira, com o advento da globalização, plantar frutas, verduras e legumes foi ficando cada vez mais difícil para as famílias que não conseguiam competir com os sacolões e supermercados.

Um dos principais motivos da agricultura familiar se tornar menos lucrativa naquela época foi a entrada dos supermercados como concorrentes das feiras livres. Estes começaram a ofertar mais e focar na venda de FLV, conseqüentemente houve uma mudança no comportamento do consumidor que optou pela comodidade dos supermercados. A dificuldade dos produtores, e vendedores da feira, de competir com os grandes produtores e com o setor de varejo fez com que a população rural migrasse para a cidade e em sua maioria abandona-se o trabalho no campo, que é visto pelos entrevistados como uma tarefa difícil e que exige demasiado esforço para conseguir produzir, vender e ainda obter lucro.

O fato de a venda de verduras não ser mais tão lucrativa é apontada como um dos motivos da venda do sobá, o prato que antes era consumido, escondido, apenas pelos descendentes japoneses caiu no gosto dos moradores da capital sul-mato-grossense e foi ganhando espaço na Feira Central. Apesar de ter origem da cultura oriental a iguaria se adaptou ao contexto local e acabou se transformando em um prato único e tipicamente campo-grandense. Esta adaptação do prato é um claro exemplo da influência da multiculturalidade na alimentação, os descendentes trouxeram uma iguaria típica de sua cultura e a moldaram com base na cultura local, assim o sobá deixa de ser apenas um item utilitário, que servia para alimentar os descendentes que aqui chegaram, e passa a ser visto como um símbolo da cultura da cidade.

O sobá é visto como um prato pertencente à cidade e cultura campo-grandense e é motivo de orgulho para os feirantes que o vendem, fato que fica evidente em nos discursos dos entrevistados, onde eles afirmam repetidas vezes que o sobá é “daqui”. A importância deste item culinário vai muito além do seu papel como item pertencente à alimentação, ele se tornou o primeiro bem imaterial do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Campo Grande, ganhou um festival totalmente pensado e dedicado a ele, que terá sua nona edição neste ano, e ainda deu origem a franquia “Sobá de Campo Grande”. Aos olhos dos entrevistados tanto o sobá, como a Feira Central, faz parte da cultura da cidade e são atrativos turísticos, para eles o prato é responsável por atrair a população, tanto da cidade como de fora dela, até a feira.

Deste modo, constatou-se que a Feira Central de Campo Grande foi, aos poucos, perdendo sua função de canal de distribuição de produtos advindos da agricultura familiar e se destacando como um território de cultura e gastronomia. Como toda pesquisa é limitada sugere-se para estudos futuros que seja feita um análise mais aprofundada deste assunto ou ainda que essas análises sejam feitas nas outras feiras da cidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. v. 29, n. 1 Jan./ago. 1999.
- ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Orgs.) *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.
- ARRUDA, A. *Para onde deve ir a feira central?* 2003. Disponível em: <http://www.midiamax.com.br/colunistas/?col_id=314&coluna=3> Acesso em: 02 abril 2013
- BARAKAN, M. Y.; GREER, J. C. *Tokyo new city guide*. Tóquio: Charles E. Tuttle Company, 1996, 368p.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. *Snowball (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária*. In: X Congresso Nacional de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2011
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BECKER, B. K. *O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo*. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO, 1993.
- CABRAL, Paulo Eduardo. “Formação étnica e demográfica”. In: Cf. *Álbum Campo Grande, 100 anos de construção*. P.27-62. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.
- CALADO, L. M. R. *A Feira Livre de Campo Grande, MS, e sua transformação em patrimônio: uma discussão entre a história e o crescimento urbano*. In: IV Congresso Internacional de História, Maringá, 2009.
- _____. *Campo Grande, MS, e a Feira Central: relato sobre patrimônio e memória*. In: V Congresso Internacional de História, Maringá, 2011. p. 1394-1400.

CAVALCANTI, E. A. C. Doutor Gilberto Freyre e o Reconhecimento da Culinária como Fenômeno Cultural. In: *Gastronomia em Gilberto Freyre. Anais*, Recife, Fundação Gilberto Freyre, 2005. p. 18-21.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. *GEOgraphia*, ano 1, n. 2, 1999.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, vol. 22 (1). 2010, p. 165-180.

_____. A dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforma agrária na campanha gaúcha. *Campo- Território: revista de geografia agrária*, v. 8, n. 15, fev., 2013, p. 1-25.

_____. *Questões teórico-metodológicas da geografia agrária brasileira: A dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização nas revistas agrárias (USP), campo-território (UFU) e nera (UNESP)*. Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericano. Perú. 2013.

CÓCARO, H. et al. *Perspectivas da feira livre de Campo Verde-MT como canal de comercialização para agricultura familiar*. In: SOBER, 2012, Vitória. 50º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2012.

COELHO, M. H. C. A construção histórica da multiculturalidade. In: MATOS, A. T.; LAGES, M. F. (Coord.). *Portugal: percursos de interculturalidade*. v. 4. Lisboa. 2008.

CORDEIRO, K. W.; TREDEZINI, C. A. O.; CARVALHO, C. M. *Análise da produção de hortaliças sob a ótica da economia dos custos de transação, na cidade de Campo Grande - MS*. In: SOBER, 2008, Rio Branco. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008.

CORREIO DO ESTADO. *Festival do Sobá começa com novo sabor e várias atrações na Capital*. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/festival-do-soba-comeca-com-novo-sabor-e-varias-atracoes-na_156949/>. Acesso em 18 nov. 2012.

COSTA, D. S. A gente não quer só comida: de Carême a Maslow, como o profissional de Relações Públicas pode contribuir com o Planejamento Estratégico de restaurantes. *Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas)*. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010.

CULTURA NIKKEY. *Sobá: patrimônio imaterial de Campo Grande-MS*. Disponível em: <<http://www.culturanikkey.com.br/?p=106>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

DANIEL, J. M. P.; CRAVO, V. Z. O valor social e cultural da alimentação. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (Org.). *Antropologia e Nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005c. p. 57-68.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*. Editora 34. São Paulo. 1995.

DENCKER, A. F. M. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, R. T. R.; COSTA, E. A. A territorialidade e a produção da moradia dos bolivianos na cidade de Corumbá-MS, Brasil. *Atêlie Geográfico*. V. 5, n. 3, dez/2011. P. 127-149.

EGLER, C. A. G. Questão Regional e Gestão do Território no Brasil. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FAULIN, E. J. O Uso do System Dynamics em um Modelo de Apoio a Comercialização: uma aplicação à agricultura familiar. 2004, 191f. *Dissertação* (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2004.

FAULIN, E. J.; AZEVEDO, P. F. *Distribuição de Hortaliças na Agricultura Familiar: Uma Análise das Transações*. In: SOBER, 2003, Juíz de Fora - MG. XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2003.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOTTMANN, J. *La politique des Etats et leur géographie*. Paris, Payot, 1952.

GUILHOTO, J.J.M. et al. *PIB da Agricultura familiar: Brasil-Estados*. Brasília: MDA, 2007. 172 p.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. *Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial*. 2 ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2006. P. 43-70.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: Heidrich, Álvaro; Costa, Benhur; Pires, Cláudia e Ueda, Vanda. (Org.). *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. 1ª ed. Canoas e Porto Alegre: Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, 2008, v. , p. 19-36.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia* (UFF), v. 17, p. 19-45, 2008.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. *GEOgraphia* (UFF), v. 4, n. 7, 2002.

HALL, S. *Da diáspora: Identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HANDA, T. *O imigrante Japonês*. História de sua vida no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz Editor/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

IANNI, O. A desterritorialização. In: IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 89-105.

KUBOTA, N. F. L. Manutenção das tradições na família japonesa em Campo Grande-MS. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU*. Ano XVI, n. 30, 2008. p. 165-181.

LIMA-FILHO, D. O. et al. *Centro comercial planejado ou centro comercial não planejado: A opinião dos consumidores da Feira-Livre*. In: XXVIII – Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2008, Rio de Janeiro/RJ. A Integração de Cadeias Produtivas com a abordagem da Manufatura Sustentável, 2008.

LITTLE, P. E. Espaço, memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização. *Textos de História*, v. 2, n.4. 1994, p. 5-25.

LOURENZANI, A. E. B. S. Condicionantes para inserção de pequenos produtores em canais de distribuição: uma análise das ações coletivas. 2006. 218 f. *Tese* (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, 2006.

MACIEL, M. E. Identidade Cultural e Alimentação. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (Org.). *Antropologia e Nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005c. p. 49-56

MARANDOLA JUNIOR, E. J. *Habitar em Risco*. Mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. Campinas, SP. 2008.

MARQUES, R. C. *Sobá: patrimônio imaterial de Campo Grande/MS*. 2009. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/1714018>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. S. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. *Ateliê geográfico* (UFG), v. 2, 2008, p. 1-12.

MATOS, A. R.; BRITO, R. A abordagem da multiculturalidade em educação pré-escolar. In: *Jornadas Pedagógicas – Supervisão, liderança e cultura de escola*. 21 e 22 Jun. Odivelas: ISCE, 2013.

MATTAR, F. *Pesquisa de Marketing*. São Paulo: Atlas, 1999.

MEDEIROS, R. M. V. Camponeses, cultura e inovações. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.) *América Latina: cidade, campo e turismo*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006. P. 281-293.

MESELMAN, H. L. Dimensions of the meal. *Journal of Foodservice*. v.19, 2008, p. 13-21

MORAIS, L. P. Cada comida no seu tacho: ascensão das culinárias típicas regionais como produto turístico – o guia quatro rodas Brasil e os casos de Minas Gerais e Paraná (1966-2000). 2011. 339f. *Dissertação* (Pós-graduação em história) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2011.

OLIVEN, R. G. Território, fronteiras e identidades. In: SCHULER, F. BARCELLOS, M. A. (Org.) *Fronteiras: arte e pensamento na época do multiculturalismo*. Porto Alegre: Sulina, 2006. P. 157-166.

PAULA, J. Territórios, Redes e Desenvolvimento. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Orgs.) *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

PERTILE, K.; GASTAL, S.; GUTERRES, L. S. *Comida de rua: relações históricas e conceituais*. In: IX Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2012, São Paulo. Turismo, Gastronomia e Restauração, 2012.

PIERRI, M. C. P.; VALENTE, A. L. E. F. . *A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar*. In: SOBER, 2010, Campo Grande. XLVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2010.

POULAIN, J. P.; PROENÇA, R. P. C. Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. *Revista de Nutrição*, v. 16, n.4, p.365-386, out./dez. 2003.

PORTUGAL, A. D. O desafio da agricultura familiar. *Revista Agroanalysis*, 2004. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>> Acesso em: 01 abr. 2013.

PROENÇA, R. P. C. Alimentação e globalização: algumas reflexões. *Ciência e Cultura*, v. 62, p. 43-47, 2010.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988. p. 68-80.

QUEIROZ, T. A. N. O Complexo Circuito das Feiras Livres de Natal-RN. In: XIX Semana de Humanidades, 2011, Natal. *Anais da XIX Semana de Humanidades*, 2011.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática. 1993.

REDIN, E ; FIALHO, M. A. V. . *Política Agrícola Brasileira: uma análise histórica da inserção da Agricultura familiar*. In: SOBER, 2010, Campo Grande. 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural SOBER, 2010. p. 1-19

REVISTA BARES & RESTAURANTES. Disponível em: <<http://www.abraselzm.com.br/noticias/item/50>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

RIBEIRO, E. M.; ÂNGULO, J.L.G; NORONHA, A. B; CASTRO, B.S; GALIZONI, F.M.; CALIXTO,J.S., SILVESTRE, L.H. A feira e o trabalho rural no Alto Jequitinhonha: um estudo de caso em Turmalina, Minas Gerais. *Unimontes Científica*. Montes Claros, v.5, n.1, jan./jun. 2003.

ROSA, S. L. C. *Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável*. In: SOBER, 1999, Fóz do Iguaçu. 37º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia rural, 1999.

SANCHES, M.; SALAY, E. Alimentação fora do domicílio de consumidores do município de Campinas, São Paulo. *Revista de Nutrição*. Campinas, v. 24, n.2, p.295-304, mar./abr., 2011.

SANTOS, C. R. A. A comida como lugar de história: as dimensões do gosto. *História: Questões e Debates*, Curitiba: Editora UFPR, n. 54, p. 103-124, jan./jun. 2011.

SANTOS, M. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. *Psicologia e Sociedade* (Impresso), v. 19, 2007, p. 95-102.

SILVA, M. P.; MERCANTE, M. A.; SILVA, V. P. Efeitos territoriais de grandes empreendimentos urbanos: o território da feira central de Campo Grande e as transformações no espaço. *Novos Cadernos NAEA*. V. 15, n.2, dez. 2012. p. 85-109.

SOBÁ DE CAMPO GRANDE. *Prefeito lança projeto Franquia do Sobá de Campo Grande nesta quinta*. Disponível em: <<http://www.sobadecampogrande.com.br/2011/04/prefeito-lanca-projeto/>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

SOUSA, L. G. *Memórias de Economia: a realidade brasileira*. Edição eletrônica, 2004. Disponível em: <www.eumed.net/cursecon/libreria>. Acesso em: 31 ago. 2012.

SOUZA, E. C. M. P.; Alimentação como cerimônia indispensável do convívio humano. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Pós-graduação em gestão de projetos culturais e organização de eventos). Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação – USP. São Paulo, 2012.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (Ed.). *Handbook of qualitative research*. 2 ed. Thousand Oaks: Sage, 2000.

TEIXEIRA, T. R. A.; ANDRADE, A. A. V. O conceito de território como categoria de análise. *Anais XVI Encontro Nacional dos geógrafos*. Porto Alegre – RS, 2010.

VALE, G.M. V. Reinventando o espaço para a construção de territórios competitivos – Experiência do Sebrae em Minas Gerais. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Orgs.) *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

VERGARA, S. C. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). *Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas*. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1996. Cap. 1, p. 21-55.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 3ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Nome:

Idade:

Escolaridade:

- i)** Desde quando você trabalha na feira?
- ii)** Sua família sempre trabalhou na feira?
- iii)** Sua família plantava ou vendi verdura na feira?
- iv)** Você sempre vendeu sobá?
- v)** Por que você começou a vender o sobá?
- vi)** Você conhece pessoas que vendiam verdura e agora vendem sobá?
- vii)** O que você acha que incentivou as pessoas a pararem de vender verdura e vender o sobá?
- viii)** O que você acha que mais atraem as pessoas para a feira?
- ix)** Você era a favor da mudança da feira para a Esplanada Ferroviária?
- x)** Você acha que a feira faz parte da cultura do campo-grandense?
- xi)** Você acha que com a mudança de local da feira ela perdeu sua identidade cultural?
- xii)** Você poderia me indicar uma pessoa que possui barraca de comida e antes vendia verdura.